



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jaime Martins) - Declaro iniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Não havendo quórum para deliberação na representação do Senado, eu suspendo esta reunião, para que possamos concluir os entendimentos na reunião de Líderes e para ouvirmos o Ministro Padilha por alguns minutos.

Então, suspendo esta reunião e convoco a sua continuação para hoje, dia 7 de julho, às 16 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

*(A reunião é suspensa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reaberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Conforme decidido, eu queria fazer um agradecimento público aqui ao 1º Vice-Presidente da Comissão, Deputado Jaime Martins, que durante esta semana, pela minha impossibilidade de comparecimento, presidiu aos trabalhos e os conduziu muito bem.

Conforme foi decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Eu informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Martins.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Pela ordem, Sra. Presidente!

Eu queria apenas solicitar, quando for o momento adequado, a inclusão de um item extrapauta, para ser votada na reunião de hoje, pela importância da matéria. É o PLN 4, relatado pelo Deputado Nilto Tatto. Também quero solicitar a inversão de pauta, para começar a reunião votando esse PLN 4. Depois retomaremos a sequência normal dos itens da pauta, que já estão divulgados.



Então, apresento esse requerimento verbal de inclusão e de inversão de pauta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Ainda tratando da questão da ata, havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da seguinte reunião: 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de junho e em 1º de julho de 2015.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados... *(Riso.)*

Eu estou rindo, porque o Deputado Ricardo Barros acompanha a sessão fazendo um batuque a cada palavra. Imagina no rebate aqui das palavras. *(Riso.)*

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Diante do acordo do Colegiado de Líderes e pela proposta apresentada pelo Deputado Jaime Martins, no sentido da inclusão de item extrapauta na pauta e da inversão para votá-lo preferencialmente — é sobre o PLN 4, de 2015 —, pergunto se alguém quer discutir? *(Pausa.)*

Então, vou colocar o requerimento...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Só para confirmar.

Há destaques aí, não é? Há destaques a serem votados, não é, Presidente?

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Não na inserção de pauta. Primeiro, nós estamos votando a inserção de pauta; depois será a inversão de pauta. Depois o Relator vai ler o relatório.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Ah, desculpa! O.k., de acordo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou colocar em votação a inversão de pauta do item extrapauta, que se trata do PLN 4, de 2015.

Em votação o requerimento.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado ao PLN 4, de 2015, do Congresso Nacional, que *“altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015”*. O Relator é o Deputado Nilto Tatto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Sra. Presidente, eu teria um destaque a apresentar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - A hora da discussão é a hora apropriada para isso.

Por favor, com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Sra. Presidente, eu recebi seis emendas e gostaria, então, de ir direto ao voto.

Eu usei como critério ficar no objeto específico do PL 4, que era possibilitar o pagamento de Restos a Pagar de emendas individuais até 2014.

Então, eu optei pela rejeição das emendas e pela aprovação do Projeto de Lei nº 04, de 2015, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Executivo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Apresentado o relatório.

O relatório está em discussão.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Jaime Martins, para discutir o relatório.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Sra. Presidente, quero apenas ressaltar a importância da votação dessa matéria, uma vez que muitos convênios



por este País afora, propostos por diversos Parlamentares de todos os partidos, praticamente estão impedidos de continuar. Algumas obras estão paralisadas, e outras estão para serem iniciadas.

Essa é uma matéria de interesse da Casa, de interesse do Brasil, de interesse dos Prefeitos. Portanto, nós pedimos a todos os companheiros que votem favoravelmente com o relatório do Deputado Nilto Tatto, para que essa matéria possa ser pautada, quem sabe, amanhã na sessão do Congresso e para que possamos liberar o Poder Executivo para fazer o pagamento desses Restos a Pagar, que estão prendendo tantas obras e tantos empregos que podem ser gerados por este País afora.

São muitos os pequenos e médios Municípios que estão aguardando ansiosamente por essa liberação. Eu acho até que se trata de uma correção da LDO, que é até um erro material se permitir que sejam pagos os Restos a Pagar somente de 2014. Afinal, de 2014, os projetos ainda estão sendo feitos agora. Mas o que realmente importa são os Restos a Pagar de 2013, de 2012 e dos anos anteriores.

Então, peço aos meus pares, Senadores e Deputados, que votem com o relatório do Deputado Nilto Tatto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Continua em discussão.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Para discutir, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Moreira.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Nós vamos discutir destaque por destaque ou podemos discutir o conjunto da matéria nesse ponto?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos discutir e votar o relatório e, em seguida, passaremos para os destaques.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O.k. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O relatório continua em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo...

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sra. Presidente, para discutir.

Eu estou de acordo com o relatório, acho que nós estamos no caminho correto, dentro do acordo feito na sala da Presidência com os Líderes.



Chamo a atenção para o fato de que, na próxima etapa dos relatórios, vamos votar os destaques. Gostaríamos de pedir, dentro dos destaques que estamos apresentando, a solidariedade dos colegas para que possamos fazer um trabalho em conjunto, a fim de melhorar a atuação dentro desta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Quero apenas dizer que foram entregues quatro destaques, que serão oportunamente colocados em votação.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Samuel Moreira.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Em que pese a apresentação do destaque, eu gostaria de discutir uma emenda apreciada no relatório do Deputado Nilto Tatto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Entenda que nós estamos vendo agora o relatório apresentado por ele.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É, mas eu fiz uma emenda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois é, mas as emendas foram rejeitadas pelo Relator.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas isso não impede que eu discuta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Impede. V.Exa. pode até falar, registrar.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu posso discutir o relatório de S.Exa., que rejeitou a minha emenda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Claro, isso V.Exa. pode fazer.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Depois, eu posso também discutir o destaque.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Queria explicar a V.Exa. que não poderia discutir a emenda em si, mas pode fazer um registro, debater o relatório.

V.Exa. tem a palavra.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu compreendi. Obrigado.

Eu vou só registrar o objeto da nossa emenda, que consideramos da maior importância. Os recursos mínimos foram estabelecidos para a saúde, constitucionalmente e depois pela Lei Complementar nº 141, de 2012, que estabelecia o mínimo de gastos para a área da saúde. Qual era esse mínimo que se previa? Que a cada ano deveria se gastar no mínimo o que se gastou no ano anterior mais a variação do PIB. Esse era o mínimo que vinha sendo estabelecido por lei.

Este ano, em março, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 86, que estabeleceu um novo patamar de mínimo. Essa Emenda nº 86 estabeleceu que a saúde agora vai gastar progressivamente, no mínimo, 15% da receita corrente líquida — esse é o mínimo, progressivamente. Então, ela estabelece que a partir do ano que vem sejam 13,2%. A partir do ano posterior, 2017, que sejam 13,7%. Depois, 14,1%, 14,5%, até 15% da receita corrente líquida. Só que essa emenda constitucional estabeleceu que esse novo mínimo que se pretende aumente o valor para a saúde seja estabelecido só a partir do ano que vem, porque é a partir do ano subsequente à emenda constitucional.

Nós ficamos, em 2015, até porque essa emenda cancelou os efeitos da regra que vinha anteriormente, com um vazio, sem um mínimo estabelecido para os gastos da saúde.

O que eu propus para evitar, inclusive, um confronto com o Governo neste momento? Evidentemente, todo mundo quer que se gaste mais, mas eu não propus que se estabelecesse a nova regra para 2015, que seria até relativamente coerente. Eu propus que nós utilizássemos a regra anterior para 2015, a mesma regra só para não ficar sem o mínimo, que é o gasto do ano anterior mais a variação do PIB. É só isso a emenda, para não se deixar um vazio e que se permita até gastar muito menos do que se gastava. Então, isso dá uma garantia de um gasto mínimo na área da saúde.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Questão de ordem, Sra. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É disso, Sr. Relator, que trata a emenda.



Eu pediria que, em função de não ter sido acolhida a emenda, nós apreciássemos essa questão depois, com a solidariedade e o apoio de todos, para aprovar através de destaque.

É isso, Sra. Presidenta.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Presidenta, peço a palavra para uma questão de ordem, para agilizar o processo de votação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra para uma questão de ordem ao Deputado Danilo Forte.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Com relação ao texto apresentado pelo Relator, não houve discordância. Então, vamos votar logo o texto. Depois, damos andamento ao destaque, com certa celeridade. Nós temos um Presidente da Câmara dos Deputados muito dinâmico, e já está quase na hora da Ordem do Dia, que é às 16 horas. Então, se o Presidente começar lá, ninguém pode mais votar aqui hoje.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Concordo com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - E todos os Parlamentares querem que votemos esses Restos a Pagar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Concordo com V.Exa. Encerrada a discussão.

Passamos à votação.

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques, logicamente.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*  
Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*  
Aprovado.

O relatório foi aprovado, ressalvados os destaques.

Passemos, agora, aos destaques.

Eu quero explicar apenas aos novos Parlamentares que só podem falar na apresentação dos destaques o Autor e o Relator.

Nós estamos aqui com o Destaque nº 1, do Deputado Danilo Forte.



**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Como Autor, eu gostaria de retirar o destaque, até porque ficou acordado, na reunião dos Líderes com o Ministro Padilha, que, dependendo da evolução da apresentação dos projetos junto à Caixa Econômica, o Governo vai fazer uma avaliação do nosso pleito de prorrogação do prazo de 31 de agosto para 31 de outubro para apresentação dos projetos.

Diante do compromisso do Ministro Padilha de rever essa situação e com o intuito de agilizar a votação do PLN, que é muito mais importante neste momento, pois a demanda é de agilidade na execução dos Restos a Pagar, retiramos o destaque para prosseguir a votação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Está retirado o Destaque nº 1.

Passemos agora ao Destaque nº 2, do Deputado Samuel Moreira.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente, Srs. Deputados, é só para reforçar o caráter formal da emenda. Ela só formaliza para se estabelecer um mínimo para a saúde em 2015, mantendo a mesma regra. Então, é muito mais formal. O critério é mais até de correção do que de mérito. Todo mundo gostaria que fosse até maior. Então, eu peço o apoio dos Deputados para aprovar.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - O PMDB apoia o destaque do Deputado Samuel.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Tatto.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Sra. Presidente, eu considero o argumento do Deputado Samuel Moreira, até porque, de fato, ficou um vácuo do ponto de vista da LDO. Eu considero e quero acatar o destaque apresentado por S.Exa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Houve alteração no relatório. Quando o Relator acata a Emenda nº 2, do Deputado Samuel Moreira...

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - É melhor votar como destaque.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação.

Na Câmara dos Deputados.



Aqueles que estiverem de acordo com a alteração feita pelo Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado Federal.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sr. Relator, parabéns! Um Relator consciente faz isso.

Passamos ao Destaque nº 3, do Deputado João Fernando Coutinho.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente, quero apenas agradecer ao Relator. Desculpe-me a interrupção. Obrigado, Relator. Obrigado a todos os Deputados. Obrigado, Sra. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, esta emenda visa, na verdade, dar mais celeridade aos processos do Banco Central.

Esse assunto já foi tratado na última reunião da Comissão, e, infelizmente, essa emenda não foi acatada naquela ocasião — foi feita pelo Deputado Izalci ao PLN 3.

Quando o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, veio a esta Comissão, ficou clara, nas suas palavras, a sua intenção e o seu desejo de contratação desses 715 servidores que já foram aprovados no concurso, fizeram todo o processo de treinamento e, portanto, estão preparados.

Quando votamos o Orçamento de 2015, ficou garantido o recurso para a contratação dessas pessoas, assim como para mais 272 vagas da Receita Federal. O Banco Central tem uma necessidade de efetivos de 6.470 servidores, e hoje apenas trabalham 4.085 funcionários na ativa.

Portanto, Presidente Rose de Freitas, Srs. Deputados e demais membros da Comissão, eu gostaria de registrar esse nosso desejo e interesse de, sobretudo, haver a contratação desses novos servidores do Banco Central e da Receita Federal. Espero que os Deputados tenham bom senso e possam se somar a esta nossa iniciativa e, assim, aprovar esta emenda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Relator.



**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Presidente, essa emenda já foi objeto de uma discussão grande na última reunião da Comissão. Eu a analisei aqui e gostaria de manter o veto por entender, da mesma forma como foi discutido na reunião passada da Comissão, ser uma prerrogativa do Executivo. Então, eu acho que não cabe a nós colocar essa emenda dentro desse PLN.

Então eu mantenho o veto e não aceito o destaque.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O destaque... O Relator é pela rejeição do destaque. Então, nós vamos colocar em votação o texto na forma apresentada.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - É porque eu estou somando aqui ao Deputado João Fernando Coutinho e no debate que houve...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, Deputado, nós já estamos em votação.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Não, eu sei, é que o Ministro... Na verdade, houve uma autorização para o pedido de 450, e a informação que eu tenho é que 350 servidores foram autorizados para este concurso. Então, de repente, vamos abortar uma coisa que o Governo, e há o próprio compromisso do Ministro Barbosa, está tentando viabilizar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me, Deputado, mais uma vez eu vou pedir desculpas. Se nós não temos um procedimento como regra de votação, nós temos que abrir todos os outros destaques para que as pessoas possam discutir, está certo?

Vamos votar então o parecer do Relator...

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Para encaminhar...

**(Não identificado)** - Para encaminhar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - ...com a rejeição do destaque. Para encaminhar... Não há, infelizmente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não há encaminhamento?

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Tem que ter!



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não. O Relator apresentando o seu destaque... O Relator, acolhendo ou não, e depois em votação na Câmara e no Senado.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - O encaminhamento de bancada é regimental, Sra. Presidenta! É! Regimento Interno da Câmara!

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Olha só, aí seria...

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Pode ter sido um acordo que V.Exa. fez, mas o encaminhamento é regimental.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não fiz acordo nenhum, mas não é regimental, desculpe-me.

Vamos colocar em votação o relatório com rejeição do destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Só para entender, Presidente. Quem é a favor, é a favor da rejeição ou é a favor do destaque?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Quem for a favor do Relator com rejeição do destaque, permaneça como se acha. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Olha, tem uma... Espere aí. Há uma votação que está...

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Aprovado o texto do Relator, Presidente!

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Há uma mão que está no meio do caminho; nem levantou nem abaixou.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Foi aprovado o texto, Presidente!

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - É a sua, Deputado Caio Narcio.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - A Senadora precisa explicar melhor a votação.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Espere aí, um minutinho. Aqueles...



**O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Presidente, eu faço um apelo para que haja o esclarecimento na votação e uma contabilização dos votos de forma...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer isso.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - A orientação da votação nem aconteceu...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Contra: os votos de Deputado João Fernando Coutinho, Deputado Edmilson Rodrigues... Deputado Caio Narcio, V.Exa. votou como?

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Votei contra o Relator.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a mão para cima?

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Para cima.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Agora eu vi.

Deputado Izalci, Deputado Samuel Moreira e Deputado Leopoldo Meyer.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO** - E a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Nós fazíamos isso muito na Câmara.

Rejeitado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO** - Sim, mas vamos fazer a conta dos Deputados que votaram “sim”, Presidente!

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

Vamos ao Destaque nº 4.

Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Meu Líder vai fazer a defesa do meu destaque.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Olha, quem tem que fazer a defesa é o autor. V.Exa. está presente, V.Exa. tem que fazer.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu estou na CPI da PETROBRAS. Ele vai fazer.



**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não faça isso, não faça isso! (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bem, não. Estava pegando a... Porque a emenda é complexa.

O instituto do orçamento impositivo das emendas parlamentares individuais teve o seu início no exercício de 2014, quando o seu regramento constou da Lei de Diretrizes Orçamentárias daquele ano, em razão de o Congresso Nacional não ter concluído a discussão da PEC 358/13, naquele ano.

O princípio instituído no orçamento impositivo é de que a programação inserida por meio das emendas parlamentares individuais ao orçamento deve ser executada de forma equitativa, independente de sua autoria, se membro de partido de apoio ao Governo ou da oposição, cabendo ao Poder Executivo apenas aplicar o contingenciamento sobre a programação na mesma proporção que incidir sobre o montante das despesas discricionárias.

No primeiro ano de funcionamento desse instrumento inovador na relação Legislativo e Executivo, o Governo Federal estabeleceu, como forma de os Parlamentares informarem os beneficiários das programações de suas emendas ao Poder Executivo, a indicação por meio do sistema SIGEM, uma vez que, ante o número reduzido de emendas que podem ser apresentadas (25) frente à ampla escala de Municípios que compõem a sua base eleitoral, a maioria das emendas tem a localização genérica.

Em 2014, os Parlamentares em exercício apresentaram legitimamente suas emendas individuais ao orçamento de 2015, dentro do prazo estabelecido pela Resolução 1/2006-CN e na forma determinada pelo art. 166 da Constituição Federal, perante a CMO, que concluiu a votação do seu parecer ainda em 2014.

Esses autores, no momento em que formalizaram suas emendas individuais, foram orientados pela Lei nº 13.080, de 2015, que em seu Capítulo III — Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos da União, Seção X — Do Regime de Execução das Programações Incluídas ou Acrescidas por Emendas Individuais, reveste essas programações do caráter impositivo, respeitadas as regras nelas estabelecidas.



Pois bem, encerrada a Legislatura, o Congresso Nacional não concluiu a votação do orçamento para 2015, tarefa delegada aos Parlamentares da nova Legislatura, sendo que cerca de 200 desses Parlamentares não estavam no mandato na Legislatura passada e que, por circunstâncias políticas, tiveram a oportunidade de fazer indicações ao Relator-Geral para que este incluísse como emenda de sua autoria as programações no orçamento de 2015, mas sem a impositividade das emendas, característica dada apenas às emendas legitimamente apresentadas dentro do prazo regimental junto a Comissão Mista do Orçamento.

Entretanto, para execução das emendas parlamentares individuais que possuem o manto da impositividade, o Governo Federal tem exigido que o autor esteja no exercício do mandato, interpretação completamente errônea a nosso ver, pois não há nenhum dispositivo, seja na LDO 2015, seja na Emenda Constitucional 85/2015, que afaste a obrigatoriedade de execução dessas emendas por ausência de seu autor. O que é impositivo é a programação decorrente da emenda. Uma vez constante na lei orçamentária, o Poder Executivo deve cumprir o rito da execução, previsto tanto na LDO quanto na Constituição.

Nossa emenda busca viabilizar a execução da programação que atenderá à comunidade beneficiária que o Parlamentar pretendeu suprir de bens públicos quando apresentou e aprovou suas emendas individuais. As programações de aplicação direta pela administração pública e aquelas que estejam nominalmente identificadas na lei orçamentária não dependem de indicação de beneficiário. Portanto, apenas o que lhe resta é aplicar a proporcionalidade do contingenciamento e a limitação da Receita Corrente Líquida de 2014, resguardando os limites estabelecidos para transferência de recursos a título de obras e serviços de engenharia e demais transferências.

Aqui, Presidente... *(falha na gravação)* ... para garantir o que foi dito pelo Ministro: possibilitar que os Parlamentares não eleitos ou aqueles que estão como Secretários, ausentes aqui do Congresso, possam ver suas emendas realizadas. É esse o entendimento que foi dado, na reunião de Líderes, pelo Ministro, pelo representante do Ministro da SRI — Secretaria de Relações Institucionais.



Portanto, eu peço aqui a aprovação de todos os Parlamentares que puderam apreciar o entendimento do nosso Ministro. Peço que todos apoiem a aprovação dessa emenda para facilitar para o Governo.

Era isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Obrigada, Deputado Izalci.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Sra. Presidente, há questões levantadas aqui pela emenda que, de fato, não resolvem o problema que foi discutido na reunião de Líderes, que tem a ver com as emendas dos Deputados que não foram reeleitos e que não têm as suas emendas nominadas lá na destinação. De certa forma, tenta-se resolver aqui, mas não se resolve. Há um compromisso verbal do Ministro Padilha de tentar buscar uma solução em função da interpretação que o Ministério da Fazenda tem.

Mas também aqui se pretende criar uma série de procedimentos para imposição das emendas, e, nesta altura do campeonato, pensar para 2015, eu acho que não cabe. Acho que vale a pena, sim, recuperar essa discussão que está se propondo aí e pensarmos para 2016.

Nesse sentido, eu voto pela rejeição, para mantermos aqui o objetivo principal desse PLN, que é garantir o pagamento dos restos a pagar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu não entendi. É de 2015 esse orçamento ainda?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pergunto a V.Exa...

**(Não identificado)** - Nós estamos votando alteração na LDO 2015.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - É isso que eu coloquei. Ele é de 2015, nessa altura do campeonato, no meio do ano, e há uma série de procedimentos que se está propondo aqui que vale a pena, cabe essa discussão para se pensar o orçamento de 2016.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Pois é, mas quem estava com mandato e apresentou emenda, em 2016 não estará mais aqui.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Izalci, nós assumimos um compromisso com o Padilha de que, em 8 dias, ele daria uma resposta para isso.



**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Mas aí, Presidente...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Então, vamos aguardar.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Aí, Deputado Danilo Forte, é o seguinte.

O que precisa ficar claro é: não há descumprimento de acordo.

**(Não identificado)** - Como não?

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Essa é a primeira coisa. Porque, se houvesse descumprimento, não haveria apresentação de destaque.

O que está acontecendo aqui é que nós estamos auxiliando a correção de um texto que está atrapalhando a execução das emendas. É isso o que nós estamos fazendo: a correção do ano de 2016 e a de 2015.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Presidente! Presidente!

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Eu quero solicitar à Presidente que, na discussão, na hora em que se for fazer a discussão das emendas do texto original... Nós achamos que haveria um ambiente para poder discutir a nossa emenda. Como não há, temos que respeitar, mas eu quero colocar que...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não é questão ambiental. V.Exa. tem que entender que há um regimento. Se V.Exa. veio para a Comissão, sabe que eu tenho que cumprir o Regimento. Fala o autor e fala o Relator.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Mas meu nome está aqui como autor de destaque, e é o Izalci quem está falando. Eu não estou tendo oportunidade de defender.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Aqui para nós, o Deputado Izalci consta como autor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu queria ponderar que foi feito um acordo. Vamos aprovar. Se houver problema, tira do plenário ou veta, mas não podemos deixar de abrir essa possibilidade.

O acordo foi feito. Para cumprir esse acordo, o ideal é aprovar a medida. Se não vai se cumprir o acordo, vete ou derrube no plenário.



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Vamos colocar em votação. Vamos colocar em votação o relatório do Relator com a rejeição da emenda.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Já chegou a um acordo!

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos votar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Já acatou.

**(Não identificado)** - Acatou... Não. Está rejeitando a emenda.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Acatou ou não acatou?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou perguntar ao Relator: V.Exa. acatou o destaque ou rejeitou o destaque?

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Presidente, eu encaminhei pela rejeição. Então, por favor, encaminhe para a votação. Eu encaminho pela rejeição do destaque.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Vamos colocar em votação o destaque. O voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Como sempre. Deixa eu... Posso terminar?

Aqueles que estiverem de acordo com o voto do Relator pela rejeição do destaque permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Os contrários. *(Pausa.)*

Agora me permitam contar: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Sete.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Então vamos pedir àqueles que estejam a favor para que levantem o braço, para V.Exa. ficar mais feliz.

Paulo Bauer, V.Exa. não votou.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. estão votando como, por favor?

O Relator levanta o braço. *(Pausa.)*



Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Nove é diferente de seis.

Portanto, foi rejeitado com os votos de Samuel Moreira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Fernando Coutinho, Ricardo Barros, Izalci, Caio Narcio... Faltou alguém?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, de vez em quando V.Exa. constrange a todos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Já anunciou o resultado, Presidente?

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Se alguém aqui não for membro, vai ser Conselho de Ética.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Quero anunciar o resultado da votação.

Venceu o Relator, pela rejeição.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO** - É bom ouvir a ponderação do Deputado Danilo Forte.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu só quero, Presidente, registrar aqui o seguinte. É um indicativo de que o acordo não será cumprido, porque, para que se cumprisse o acordo, seria preciso dessa emenda. Espero que não haja isso.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Presidente... Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria agora de passar para o item 2 da pauta.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Presidente, acho que merece uma ponderação.

O Deputado Izalci fez uma fala exaltada na reunião dos Líderes defendendo e lutando para que se cumpram acordos, e ele é o primeiro a vir aqui e a descumprir acordo.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - O acordo que foi feito era para votar apenas a Emenda nº 4 e retirar as demais emendas.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Não, nós votamos. Nós votamos o relatório aqui como foi acordado.



**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Não retiraram a emenda, e era esse o acordo. Não retiraram a emenda.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Agora, não foi vetado o nosso direito de fazer destaque.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - O acordo foi feito e cumprido, tanto que nós votamos por unanimidade o texto. Agora... *(ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Item 2 da pauta. Apreciação do relatório apresentado à Mensagem nº 115...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não. Eu não vou continuar com essa discussão. Depois o senhor vai até ali e discute com ele.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Apreciação do Relatório apresentado à Mensagem nº 115/2009, do Congresso Nacional, sobre o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para o período 2008-2011 (ano-base: 2008), bem como à Mensagem nº 125/210 (ano-base: 2009), à Mensagem nº 90/2011 (ano-base: 2010), à Mensagem nº 95/2012 (ano-base: 2011).

O Relator *ad hoc* será o Deputado Danilo Forte.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Isso aqui não é um ringue. V.Exa. que discuta com ele.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Cortei o dele também.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O senhor está nervoso demais hoje. Por várias vezes o senhor esteve exaltado. Daqui a pouco, quando acabar a votação e eu abrir a palavra, o senhor poderá xingar o Deputado Zeca e o Deputado Zeca xingar V.Exa.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Presidente, não faça isso. Não faça isso... *(ininteligível.)*



**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Sra. Presidente, é um prazer substituir o Senador Valdir Raupp.

Eu vou ler o seu voto com relação à Mensagem nº 115/2009, do Congresso Nacional:

*“Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 115/2009 (nº 688/2009, na origem); nº 125/2010 (nº 535/2010, na origem); nº 90/2011 (nº 378/2011, na origem); nº 95/2012 (nº 407/2012, na origem) e demais documentos, bem como das apreciações e recomendações que faço quanto aos Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual relativos aos exercícios 2008 a 2011, e determine o seu arquivamento.*

*Brasília, 20 de maio de 2015.*

*Senador Valdir Raupp, Relator.”*

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Presidente, eu insisto...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente, uma questão...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O relatório está em discussão. A palavra está franqueada para discutir.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente.,,

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Ricardo Barros em primeiro lugar e V.Exa. em segundo.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu também estou inscrito, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Samuel Moreira.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sra. Presidente, nós encaminharemos a favor. Eu sou favorável ao relatório do Senador Valdir Raupp. Eu gostaria de fazer uma observação apenas.

Nós estamos com o prazo das emendas da LDO em aberto, até o dia 9, e eu gostaria, Senadora Rose, de lembrá-la, como Presidente da nossa Comissão, de



que vários Parlamentares vão se esforçar para fazer suas emendas à LDO; as Comissões vão se reunir, mas há 5 anos o Governo veta o Anexo de Metas da LDO.

Então, eu acho que seria mais correto, se nós vamos aceitar essa postura do Governo, que a gente não precisasse fazer nem mandasse o Anexo de Metas. Porque nós estamos fazendo um jogo que, realmente... É uma coisa que não pode continuar: nós fazemos o Anexo de Metas e o Governo veta. A Casa, então, precisa se posicionar.

É só uma observação, porque eu recebi vários Parlamentares que vieram me consultar, como Relator e como pessoa experiente nesta Comissão. Deputados novatos me perguntaram: *“Deputado Ricardo, onde eu faço as minhas emendas da LDO? Onde é melhor fazer?”*, e eu fico com dó de dizer: *“olha, não faça nada, porque é melhor”*.

Então, se é uma prerrogativa do Congresso Nacional, Presidente, nós temos que, depois, nos entender com o Governo para que ela tenha alguma efetividade. É apenas esta observação.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem toda a razão, porque uma das obrigações do Governo é fazer acompanhar o orçamento com o Anexo de Metas, e isso não vem acontecendo há algum tempo. Portanto, eu penso que nós deveríamos fazer e também subscrever um documento pedindo que não se vete, porque é um desrespeito ao trabalho que esta Casa faz, substituindo o que o Governo deveria fazer.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Presidente, só um adendo a essa discussão. Inclusive o Deputado Lelo Coimbra, seu colega do Espírito Santo, está pedindo aos partidos que façam indicação dos membros do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária — CFIS. Há anos tenta se instalar esse comitê nesta Comissão, que tem a obrigação exatamente de fazer esse acompanhamento da execução orçamentária.

O Senado não indicou ninguém até agora e ainda tem uma vaga para indicação de Deputado. Então, é importante que os partidos que não indicaram antes façam sua indicação para que esse comitê possa funcionar. Seu coordenador,



inclusive aprovado pelo Colégio de Líderes, o Deputado Lelo Coimbra, quer colocar o comitê em funcionamento, mas é preciso quórum qualificado para isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio, depois o Senador Samuel Moreira e o Senador Paulo Bauer.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Presidente, eu quero colocar aqui uma situação importante para o andamento dos trabalhos da Casa e que tem relação com os nossos posicionamentos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar o maior respeito e estima que tenho por V.Exa., e dizer que eu nunca utilizei esta bancada ou este microfone para xingar ninguém. Não é esta a minha intenção aqui, pelo contrário.

Nós fizemos um acordo lá dentro e o acordo foi cumprido. Nós votamos o texto base aqui e foram ressalvados os destaques. Tanto é que não houve só o destaque do PSDB; houve destaque também de outros partidos e de outras pessoas.

Aqui ficou uma situação muito ruim, porque uma das poucas coisas que eu particularmente tenho, e que o meu partido tem tido, é a nossa palavra. Nós nunca descumprimos a nossa palavra aqui. Hoje foi combinado que nós votaríamos o texto, como votamos, sem ressalva, e colocaríamos os nossos destaques, assim como outros Parlamentares colocaram aqui.

Naturalmente, se isso for descumprir o acordo, então eu estou entendendo de forma equivocada o que nós estamos fazendo. Penso que estamos no nosso direito de nos expressar, mas estamos com um problema de entendimento com relação a algo que é um direito dos Parlamentares que votaram o orçamento passado, e foi de encontro a isso, inclusive de encontro ao posicionamento do Ministro Padilha, que daqui a uma semana virá com uma resposta definitiva do Governo para que o nosso destaque pudesse auxiliá-lo a executar isso.

Por fim, para encerrar as minhas palavras, quero dizer que mantenho o meu respeito por V.Exa., mantenho os nossos acordos cumpridos, como nós fizemos, e quero deixar aqui o nosso mais sincero compromisso com o andamento desta Comissão. Mas, da maneira como foi colocado aqui, como se nós...



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pediu a palavra para discutir e não...

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Eu estou discutindo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - O momento da minha tribuna é sagrado. O teor da minha tribuna é sagrado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu já entendi todas as palavras de V.Exa., mas peça a palavra para discutir...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu peço a palavra para discutir, Sra. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - O método como eu estou falando cabe a mim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Eu peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente, eu acho que, em que pese a forma como transcorreu a votação do projeto anterior e os seus destaques, o acordo em si não foi descumprido em momento nenhum em função da apresentação de destaques e de poder se obter votação favorável nos destaques. Isso não descumpra nenhum acordo. Agora, a nossa preocupação é estarmos votando um item que não estava no acordo. Sra. Presidente, nós estamos discutindo agora um item que não estava no acordo. O acordo era votar o PLN 4, pelo que eu entendi.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não, absolutamente. Desculpe-me! Eu li a pauta inteira. O Deputado Izalci perguntou qual era a pauta, e eu li todos os itens da pauta.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Concordamos em votar o PLN 4.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Então, agora, eu... Desculpem-me!

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sra. Presidente, desculpe-me! Realmente, sem nenhuma questão partidária, nem de oposição, nem de situação, o



que nós entendemos é que — em conjunto, os Deputados da Oposição, cumprindo o acordo de votar o PLN 4 — seria votado só o PLN 4. Foi o que nós entendemos. Nós estamos estranhando a pauta estar continuando.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Eu peço a palavra, Sra. Presidente, para esclarecer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jaime Martins para esclarecer.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Eu queria...

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Eu peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente. Não é nem para discutir, é para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Já passou toda a pauta.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Questão de ordem tem prevalência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra para uma questão de ordem o Senador Paulo Bauer.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Tem som aqui, Presidente?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Estou ouvindo V.Exa.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Sra. Presidente, apesar de eu considerar essa discussão a respeito dos entendimentos feitos na véspera desta reunião pelas Lideranças como absolutamente correta, dentro da exposição feita aqui pelos meus colegas, em que foi colocada com clareza a importância da votação da matéria que anteriormente votamos, na verdade, não ficou completamente esclarecida a importância e a prioridade da matéria que estamos discutindo neste momento. Eu penso que nós precisamos avaliar isso melhor.

Para que não fiquemos nessa questão e nessa discussão, eu invoco o parágrafo único do art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece:

*“Art. 134. ....”*

*Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião, ex officio, ou por provocação de qualquer parlamentar.”*



Como nas últimas reuniões desta Comissão eu tenho sido o único Senador a comparecer do começo ao final, eu considero que o meu “um cesto” não é o suficiente para fazer “um cento”.

Portanto, eu peço a V.Exa. que o Regimento seja observado e a reunião seja encerrada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Sra. Presidente, apenas para esclarecer — infelizmente, na reunião da semana passada, V.Exa. esteve impedida de presidir a Comissão, uma vez que estava, por razões particulares, afastada de Brasília.

Fizemos, na reunião da semana passada, um acordo para a votação de algumas matérias: itens neutros, avisos, coisas em que não há maior envolvimento político. Tudo que se refere à aprovação de contas, todos os temas polêmicos foram retirados da pauta, para que pudéssemos discuti-los e votá-los depois da presença do Secretário do Tesouro Nacional aqui. Esses itens foram acordados na semana passada e hoje, no início da reunião, eles foram acordados novamente.

A reunião começou às 14h30min. Até às 15 horas, todos os Parlamentares que estavam lá foram consultados se esses itens, que já estavam acordados na reunião passada, poderiam ser mantidos — citamos um a um os 26 itens, e se finalizou inclusive com um requerimento para convocar ou convidar o Ministro do Esporte para estar aqui esclarecendo sobre as questões relativas às Olimpíadas.

Então, esses itens foram objeto de deliberação, foram acordados. Claro, o Plenário é soberano e pode deliberar sobre o que foi resolvido na reunião de Líderes. Entretanto, que fique claro que esses itens foram objeto de acordo, já na reunião passada e, novamente, hoje.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Presidente, para finalizar e encerrar a sessão, quero dizer que fui citado, nominalmente, pelo Deputado Zeca.

Fico feliz com a presença aqui do Deputado Paulo Pimenta, que, segundo informações, é Líder do Governo. Ele esteve, inclusive, na Legislatura passada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Antes de V.Exa. completar...



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só quero citar o 134, caso o Senador tenha que sair...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Ah, já completou?

Eu queria fazer um apelo ao Senador Paulo Bauer.

Senador, eu queria esclarecer que, muitas vezes, a Mesa faz o que acha melhor fazer. Num processo de votação democrático como este, nada precede a votação, a não ser questão de ordem sobre a votação. V.Exa., que é meu colega de Senado e tem de mim o maior respeito, pediu, mas nós temos quórum. Nós dois fazemos parte desse quórum aqui presente. Eu estava no processo de votação.

Eu quero solicitar de V.Exa. que permita a conclusão da votação, em respeito ao Relator *ad hoc* e às pessoas que estão aqui até agora, sempre pensando que vai chegar o momento em que esta pauta vai estar tão acumulada que nós não vamos conseguir votar o orçamento da União, e isso não pode acontecer num país em crise.

Eu conheço V.Exa. e sei da sua responsabilidade pública. Solicito, portanto, que permita concluirmos a votação.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Sra. Presidente, considerando que a sua presença e a minha alcançam esse um sexto exigido pelo Regimento, eu concordaria em permanecer até que fosse encerrada a votação desta matéria. Porém, com relação a outras votações, eu quero informar a V.Exa. que nós não poderemos dar sequência, porque entendo que, na próxima reunião do orçamento, o tema deveria, aí, sim, ser colocado com mais clareza a respeito de todos os assuntos que nós teríamos que votar.

Eu tenho a maior boa vontade e tenho certeza de que a bancada do meu partido também a tem, mas é preciso virmos para a reunião com todos os temas definidos e, com clareza, termos um encaminhamento, para o qual eu terei o maior prazer em contribuir.

Eu sei do trabalho, do empenho de V.Exa. — e tenha certeza que todos nós também o temos —, mas, quando a polêmica se estabelece sobre o que é prioridade e o que não o é, dentro do acordo de Lideranças, efetivamente, fica um pouco difícil assegurar o quórum com um número tão mínimo e tão pequeno de Parlamentares.



Os outros Senadores não estão aqui. Só V.Exa. e eu estamos, efetivamente, dando sustentação à continuidade dos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu acrescentaria um dado importante. Quando foi apresentada a lista das matérias — inclusive, antes a reunião era presidida pelo Deputado Jaime Martins —, foi lida toda a pauta que seria trazida a esta reunião. Da próxima vez, também tenho que solicitar às pessoas que estiverem na reunião que esclareçam suas dúvidas, porque esta pauta aqui não foi inventada, nada está sendo acrescentado; apenas estamos cumprindo o que a reunião deliberou.

Portanto, eu agradeço muito a gentileza de V.Exa. Nós temos tido, em todas as reuniões, muita colaboração de outros Parlamentares do PSDB, que sempre contribuíram para o bom debate desta Comissão. Eu estou sempre atenta a essa questão de acharem que nós temos um tempo que nós não temos.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Senador, só para ajudar, para colaborar.

É só suspender a reunião e recomeçar na hora em que V.Exa. quiser, hoje ou amanhã.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos terminar esta matéria. O Senador Paulo Bauer permitiu...

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Senadora, apenas quero esclarecer o seguinte: quando eu estava presidindo a sessão passada — e é o acordo de Líderes da sessão passada, nós acordamos, inclusive, que começaríamos a votação por um requerimento, assinado pelo Senador Paulo Bauer e pelo Deputado Izalci, em que foi feito aqui, como item um da reunião passada, o convite ao ex-Ministro Guido Mantega; ao Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes; ao ex-Secretário do Tesouro, Arno Augustin; e a outras autoridades que foram convidadas como parte desse acordo.

O acordo existiu. Começamos, votamos aquilo que havia sido acordado com o PSDB. Infelizmente, caiu a sessão em função de um pedido de verificação de quórum do Deputado Izalci. Retomamos hoje, com essa pauta, que estava novamente acordada. No começo da reunião, ela foi acordada.



Como eu disse, pode ser que esse acordo seja revisto. Entretanto, no começo da reunião, ele foi acordado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu tenho que falar. Eu fui citado.

Deixa eu dizer claramente aqui: nós iniciamos essa reunião, fizemos um acordo de votação, o Ministro esteve conosco — o Ministro! — e assumiu compromissos para a semana que vem. Aí, votamos um destaque, que nós não entramos no mérito do acordo; concordamos em votar. Foi apresentada a emenda. Houve o destaque. O destaque era para colaborar a fim de que o Ministro possa cumprir a palavra dele. Aí vem aqui o Relator e quer jogar as coisas para 2016, o que é inviável porque a emenda trata de Parlamentares que não estão mais na Casa. Em 2016, não vão resolver o problema.

Então, na prática, o que está se antevendo aqui é que estão votando para não cumprir o acordo. O Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que está aqui e que não esteve na reunião de Líderes, sabe dos acordos que foram feitos aqui e que não foram cumpridos ainda. Portanto, se tem alguém aqui que não cumpre acordo, pelo menos o que eu sei até agora, chama-se Governo.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Sra. Presidente, eu peço a palavra para fazer um registro.

Eu concordo e compreendo as argumentações e observações do Deputado Jaime Martins, mas é preciso mencionar o seguinte: são 10 Senadores que integram esta Comissão, sendo 7 integrantes da base do Governo. Mesmo que se faça um acordo entre os Líderes na preliminar desta reunião, não consigo entender por que um Senador da Oposição tem que garantir o quórum para cumprir o acordo feito.

Cadê os Senadores do Governo? Foram para casa? Agora o PSDB virou Governo nesse País, pelo menos no trabalho desta Comissão?

Eles que compareçam aqui, como eu estou fazendo. Se eles não estão aqui para honrar o que foi combinado na antessala e na preliminar dessa reunião, não sou eu nem nós, da Minoria, que temos que fazê-lo. O Governo tem que começar a assumir a sua responsabilidade neste País. Chega de botar a culpa e a conta nas costas dos outros.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos continuar o processo de votação.



Eu agradeço ao Senador Paulo Bauer, V.Exa. tem razão: não é ser ou não ser Governo, mas, realmente, o PT precisa colocar os seus Parlamentares aqui.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sra. Presidente, para votar essa matéria precisamos de 6 Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - O PT, o PMDB...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Agora eu não quero mais continuar essa discussão. Então vamos votar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não tem como votar, não há quórum!

**(Não identificado)** - Tem sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Para votar tem que ter 6 Senadores, só tem 2.

**(Não identificado)** - Tem o quórum registrado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. está errado, Deputado.

Vamos colocar em votação...

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - São 2 Senadores.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Para abrir são 2, para votar são 6.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos colocar em votação.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Está em votação na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Em processo de votação não há palavra de ordem.

Aqueles que estão de acordo com o relatório permaneçam como se acham.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação no Senado Federal.

Aqueles que estão de acordo com o relatório permaneçam como se acham.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o projeto.



Vamos suspender.

Eu quero dizer que na quinta-feira...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tem que encerrar, não é suspender.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Tem que encerrar a sessão.

Nada de suspender.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Peço ao Líder do Governo e ao Governo que coloquem a sua base para votar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir ao Plenário que se manifeste pela suspensão ou pelo encerramento.

**(Não identificado)** - Não tem quórum!

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Concluída essa votação, eu quero lembrar que o Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Marcelo Saintive, estará aqui, quinta-feira, às 10 horas da manhã.

**(Não identificado)** - A audiência pública da manhã está confirmada?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Sobre a audiência pública com o Senador Arthur Chioro, ele não vai poder comparecer no dia 8 e nós vamos marcar uma próxima data.

Está suspensa a sessão.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Não, não, não. Encerre, Presidente. Presidente, encerre!

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tem que encerrar.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - É, sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vamos suspender.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vamos suspender.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Presidente, não há acordo.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Presidente...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - A Presidente tem prerrogativa de suspender.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Está aprendendo lá com o Senador Jucá a passar o...



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Presidente, V.Exa. tem que encerrar a sessão.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Pode-se suspender a sessão. Isso é prerrogativa do Presidente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nós não concordamos. Nós não aceitamos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas isso é prerrogativa do Presidente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso não é prerrogativa do Presidente. Tem que haver quórum. V.Exa. tem que contar a gente aqui, a base.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não, pode suspender.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Quando um não concorda, quando um Parlamentar não concorda, não pode.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vamos corrigir isso aí.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso vai prejudicar a sessão toda.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Vamos corrigir isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso vai prejudicar a sessão toda.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Art. 134: *“A Presidente suspenderá ou encerrará a reunião ex officio”*.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Suspende-se quando há acordo, quando há maioria. Não tem maioria na Casa.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas está aqui: *“No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido, a Presidente suspenderá ou encerrará a reunião ex officio”*.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Peço à assessoria para trazer o Regimento do Senado para ver o que ele fala sobre essa matéria.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não, mas o que vale é o...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O que é suspensão?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - ...Regimento Comum...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É diferente...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - ...art. 134.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso aí é só para manutenção da ordem.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não. A Presidente está coberta de razão. Art. 134, Seção II. *(A reunião é suspensa.)*



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta e que foram objeto de acordo e entendimento entre os Líderes.

Há quórum para deliberação na representação na Câmara e no Senado.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Há sobre a mesa um requerimento de inversão de pauta, assinado pelo Deputado Hildo Rocha, *que “requer, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a inversão de pauta no sentido de ser apreciado inicialmente o Item 25.”* Requerimento nº 09/15, na Ordem do Dia da 5ª Reunião Extraordinária desta Comissão. Portanto, assina o requerimento o Deputado Hildo Rocha.

Vou submeter ao Plenário para que todos se manifestem. Se todos estiverem em acordo...

Votação na Câmara. *(Pausa.)*

Votação no Senado. *(Pausa.)*

Todos estão de acordo, vamos inverter a pauta.

Vamos apreciar o Requerimento nº 09, de 2015, da CMO, que *“requer que seja convidado o Excelentíssimo Senhor George Hilton dos Santos Cecílio, Ministro de Estado do Esporte, para prestar esclarecimentos acerca da Lei de Incentivo ao Esporte no período de 2010 a 2014”*.

O autor está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Sra. Presidente, caros colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras, este requerimento deve-se ao fato de que o ofício que encaminha as informações constantes na Lei de Incentivo ao Esporte veio com muito falha. E, mesmo assim, fazendo uma análise pode-se perceber que há Unidades da Federação do nosso País sendo beneficiadas extremamente, enquanto outras não vêm sendo



beneficiadas com essa lei que visa diminuir as desigualdades regionais e sociais. Muito pelo contrário, o que temos percebido é que a legislação vem concentrando recursos no centro-sul do País.

Por isso, há necessidade de ouvirmos o Ministro para que ele explique o motivo de estar levando o Ministério a favorecer essas Unidades da Federação, assim como saber quais são as comunidades que estão sendo beneficiadas, porque a lei é bastante clara no momento em que diz que as comunidades carentes têm preferência sobre as demais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Está em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (*Pausa.*)

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado à Mensagem nº 42, de 2013, do Congresso Nacional, sobre o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2012, e Mensagem nº 12, de 2014, do Congresso Nacional, ano base 2013.

O Relator seria o Senador Valdir Raupp, que deu o voto pelo conhecimento das matérias e das recomendações feitas pelo Relator, sobretudo que a Comissão realize eventos preparatórios para apreciação do projeto de PPA 2016-2019, por meio de apresentação e discussão de análises setoriais específicas do desempenho do PPA de 2012-2015.

Nós vamos nomear como Relator *ad hoc* o Senador Benedito de Lira.

O Relator está com a palavra.

**O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA** - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a Presidente da República encaminha, nos termos do art. 15, da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, § 1º do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual de 2012-2015, ano base 2012.



O Plano Plurianual foi criado na Constituição de 1988 como um documento de referência sobre as aplicações financeiras de médio prazo dos Governos Federal e Subnacionais, consolidado para toda a Administração Pública Direta e Indireta de cada ente da Federação. Atestam o caráter eminentemente orçamentário do PPA duas evidências de processo constituinte.

Primeiro, o PPA foi criado na Seção II – Dos Orçamentos, constante do Capítulo II – Das Finanças Públicas. Não há que vinculá-lo, portanto, à concepção de planejamento em sentido amplo, mas ao conceito mais específico de consolidação de decisões alocativas estratégicas para as diversas áreas de Governo.

Teor do PPA 2012.

O Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, denominado Plano Mais Brasil, foi instituído pela Lei nº 12.593/12. Com base nos documentos que acompanham as Mensagens nºs 42-CN, de 2013, e 12-CN, de 2014, a intenção do Governo para os anos seguintes seria de dar continuidade ao padrão de desenvolvimento iniciado em 2003, baseado no crescimento sustentável com inclusão social. Para tanto, buscou a convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, de forma a efetivar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição.

Espera, ao final do período do plano, dinamismo econômico, melhor distribuição de renda e riqueza, erradicação da pobreza e afirmação da inserção econômica internacional ativa. Para alcance desses objetivos, o Governo Federal elegeu o Programa de Aceleração do Crescimento e o Plano Brasil sem Miséria como prioridades para o período, sem prejuízo da definição de outras Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Voto, Sra. Presidente.

Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagens nº 42, de 2013-CN (nº 203/2013, na origem), e Mensagem nº 12, de 2014-CN (nº 135/2014, na origem), e dos documentos por ela encaminhados, bem como das apreciações e recomendações que faço neste relatório, sobretudo quanto a que esta Comissão realize eventos preparatórios para a apreciação do projeto de



PPA 2016-2019, por meio da apresentação e discussão de análises setoriais específicas de desempenho do PPA 2012-2015.

Valdir Raupp é o Relator.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Agradecemos ao Senador Benedito de Lira, sempre disposto a nos ajudar na Comissão.

O relatório está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aprovado.

Gostaria que prestassem atenção ao que vou pedir. Eu vou pedir autorização para uma votação em globo dos itens nºs 7, 8 e 9, que tratam da mesma matéria relativa ao Banco Central, e teríamos que discutir cada uma.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, questão de ordem, Presidente. Aqueles itens nos quais nós acordamos na reunião de líderes...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - É isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não podem ser votados todos em bloco? É tudo consenso, já acordamos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria da manifestação de todos. Então, eu vou ler os itens, para colocarmos em bloco.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Estou requerendo a votação em bloco de tudo. Já acordamos que é consenso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Só um pouquinho de paciência. Então, vamos começar, eu gostaria que acompanhassem.

Aviso nº 25/12 - Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2012.

Aviso nº 32/13 - Relatório de impacto e custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil.

Aviso nº 18/14 - Demonstrações financeiras do Banco do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2014.



Relatório nº 15/14 - Relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao primeiro semestre de 2014.

Aviso nº 16/14 - Relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao terceiro exercício de 2013.

Aviso nº 23/14 - Relatório de gestão do FCO referente ao primeiro semestre de 2013.

Aviso nº 3/08 - Relatório das atividades do TCU referentes ao exercício de 2007.

Aviso nº 23/10 - Relatório das atividades do TCU referentes ao segundo semestre do exercício de 2010.

Aviso nº 20/11 - Relatório das atividades do TCU referentes ao segundo semestre do exercício de 2011.

Aviso nº 13/13 - Relatório das atividades do TCU referentes ao primeiro semestre do exercício de 2013.

Aviso nº 11/14 - Relatório das atividades do TCU referentes ao primeiro trimestre do exercício de 2014.

Relatório nº 19/15 - Relatório anual da Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ.

Relatório nº 15/09 - Relatório das operações de redesconto e empréstimo em moeda estrangeira relativos ao primeiro trimestre de 2009.

Vamos procurar outro. Há o Aviso nº 20/06.

Aviso nº 20/06 - Análise da limitação de empenho e movimentação financeira da União no exercício de 2005.

Faltou o nº 22, eu não li?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Era item.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Está bom, o Item nº 22.

Em votação em bloco as matérias acordadas e aqui explicitadas no plenário nominalmente.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Presidente, só antes de votarmos, para lembrar aqui na Comissão o acordo que fizemos lá a respeito do encerramento das sessões ou da suspensão, que será feita agora em diante só quando houver consenso, correto?



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Correto.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Então, no resto, com relação aos projetos aqui, está O.K. da nossa parte.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois, não.

Em votação em bloco as matérias aqui descritas.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos comunicar a reunião de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação, hoje, às 14h30min, audiência conjunta, com o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União.

Concluída a votação das matérias, vou perguntar ao Plenário se está de acordo em suspender ou encerrar os trabalhos.

Quem é a favor da suspensão?

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - Suspensão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Suspensão para amanhã às 13 horas.

**O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA** - Aqui mesmo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Às 13 horas, teremos a reunião de Líderes; às 14 horas, a votação.

Todos estão O.k.?

Concluída, então, a nossa reunião.

Convoco reunião para amanhã às 14 horas, 14 de julho, quinta-feira.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Às 13 horas, são os Líderes, não é Presidente?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Às 13 horas, Líderes; às 14 horas, reunião de votação em plenário.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - E o relatório vai ser entregue hoje, o relatório da LDO?



---

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Estará pronto hoje e será distribuído para todos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada a todos. Está encerrada a presente reunião.



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Há quórum constante no livro de registro para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com o expediente será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e das Lideranças partidárias nesta data.

Eu tenho uma pergunta a fazer: é possível fazermos a votação em bloco dos acordos que foram feitos na reunião de Líderes?

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Fazer uma leitura aglutinada?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Cada uma.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Fazer a leitura item por item, não é, Sra. Presidente?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Item por item.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O.k.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Ofício nº 21, de 2015, do Congresso Nacional. Autor: Deputado Luiz Carlos Busato.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Tirando o IBGE e ficando um requerimento amplo para falar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não é esse o do IBGE. Não, não é esse.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sra. Presidente, por gentileza.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esse é o requerimento que não está aqui nessa pauta que foi distribuída? Ele está em qual item?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não, ele é o item 5.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Item 5.



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - É o item 5. Objeto do acordo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O primeiro a que V.Exa. se refere é o item 5.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Item 5. Eu vou ler concomitantemente, que é melhor.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sra. Presidente, eu só faria um pedido. Eu concordei a princípio, mas quando eu falei que era importante destacar cada um, tenho a impressão de que não haverá essa questão nos outros. Mas eu tenho uma recomendação da minha bancada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não, com esse, na verdade, V.Exa. não concordou. Eu li errado. Na verdade, V.Exa. disse que...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu concordei com relação ao item 5. Eu só não concordo com a votação em bloco, porque nós vamos votar contra e destacar, justificar por quê. Nós não vamos obstruir. Então, talvez, ainda que de uma forma muito rápida, pelo menos no que depender de nós, se for colocando cada um desses itens em votação, talvez seja mais prudente do ponto de vista regimental.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou ler os demais requerimentos.

O Requerimento nº 9 é do Deputado Edmilson Rodrigues, que requer a realização de audiência pública para debater o corte orçamentário. E ele explicita o IBGE Aqui nós temos um problema, eu queria ressaltá-lo. Como o autor não está presente, nós não podemos fazer isso, a não ser que haja um Relator *ad hoc* que se responsabilize. Não é a praxe.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Melhor retirar de pauta, então.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos retirar de pauta.

O item 10 é o Requerimento nº 8, de 2015, do Deputado Izalci, que solicita que sejam convocados o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Presidente do Banco Central para prestarem esclarecimentos sobre a venda de dólares falsos em agência do Banco do Brasil, em Recife. Ele transformou o requerimento de informação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Exatamente. Ele nos delegou — podemos assinar junto com ele, pois ele não está aqui presente — a transformação



do requerimento de solicitação de informações ao Banco do Brasil e ao Banco Central a respeito do episódio. Então, solicitamos que seja transformado em uma solicitação de informação ao Banco do Brasil e ao Banco Central a respeito do episódio.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Item 12. Relatório quadrimestral de prestação de contas do Gestor Federal do Sistema Único de Saúde — SUS, referente ao segundo quadrimestre de 2013. Esse, em comum acordo, foi aprovado por V.Exas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O.k.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu fiz o relatório de resultados e impactos referente ao primeiro semestre de 2014 e a programação de financiamento para 2015, ambos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. São esses os itens que tiveram acordo entre V.Exas.

Para fazermos a votação em bloco, eu tenho que ressaltar algo. Vamos votar a inclusão de todos esses requerimentos na pauta. Já foram lidos os requerimentos. Vou colocar em votação a inclusão na pauta. Todos estão de acordo?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Aprovado.

Esse primeiro, Deputado Domingos Sávio, que V.Exa. pediu que fosse retirado da pauta foi aquele Relatório Gerencial Trimestral do BNDES.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Retirar e votar contra...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. quer que o coloque em votação?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Solicito a V.Exa. que coloque em separado a votação, para que nós possamos registrar o nosso voto contrário.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Então, vamos iniciar por ele.

Eu concedo a palavra a V.Exa. para discutir este requerimento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente. Sra. Presidente, o requerimento nos traz o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES.

Na oportunidade, em nome da bancada do PSDB na Câmara, eu quero registrar que nós entendemos que falta hoje transparência, especialmente com



relação às informações que são trazidas ao Congresso Nacional quanto às operações do BNDES.

Recentemente, nós tivemos, durante a tramitação de uma medida provisória, uma emenda do Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB, que foi aprovada quase que por unanimidade desta Casa, a Câmara, e pelo Senado. Infelizmente, foi vetada pela Presidente Dilma. Os vetos continuam sem apreciação. Nós haveremos de nos esforçar para derrubar o veto. E essa emenda à qual eu me refiro estabelecia que o BNDES desse conhecimento a esta Casa com relação às operações, especialmente às operações feitas com outros países, dando mais clareza sobre as condições contratuais, as razões e quais os benefícios poderiam gerar para a economia brasileira.

Nós estamos falando de dinheiro do povo brasileiro. Nós estamos falando de recursos num País que vive uma grave crise econômica, num País que tem cortado o dinheiro da saúde, da educação, de investimentos públicos. O nosso principal banco de fomento faz empréstimos a juros subsidiados a outros países. E percebemos com clareza uma condução ideológica para esses empréstimos. Se fossem empréstimos que guardassem uma relação com os interesses nacionais, acredito eu que seriam justificáveis com facilidade. Como não são justificáveis, o Governo atual tenta fazer uma caixa-preta. A única justificativa, ao que parece, para alguns deles é por se tratar de alguns países cuja linha ideológica aproxima-se mais das linhas marxistas, do comunismo propriamente dito e que gozam de simpatia do Governo do PT. Isso, no nosso entendimento, é um atentado contra a soberania nacional, é um atentado contra o interesse do povo brasileiro, o Brasil financiando projetos político-ideológicos fora do País, com o sacrifício do povo brasileiro. E nós queremos mais transparência no BNDES.

Aliás, já passou da hora de se instalar nesta Casa a CPI do BNDES — as assinaturas foram colhidas, e ela se encontra pendente de ser implantada —, para abrir para o povo brasileiro o que acontece no BNDES. Afinal de contas, eu repito, é dinheiro público.

Por isso, nós vamos votar contra este relatório, registrando que nós entendemos que, hoje, o principal banco de fomento do Brasil não tem servido



exclusivamente aos interesses do povo brasileiro e, sim, a alguns interesses do PT e de seus aliados fora do Brasil.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sra. Presidente, posso discutir também?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O Relator *ad hoc* vai fazer a leitura. Ele estava votando a inclusão do requerimento, porque era contra nesses termos. Ele lê o relatório, e V.Exa. discute.

Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro, para fazer o encaminhamento do relatório.

**O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO** - Coincidentemente, o Deputado Domingos Sávio atacou o comunismo. E eu sou do Partido Comunista do Brasil. Mas, com certeza, ele não atacou o PCdoB. São lutas ideológicas latino-americanas.

Quero ir direto ao voto.

*“A mencionada Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, determina que:*

*“Art. 1º.....*

*§ 6º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, Relatório Trimestral pormenorizado sobre as operações realizadas, indicando, entre outras informações, quantidade e valor das operações de financiamento realizadas, detalhadas por modalidade de investimento, setor produtivo beneficiado e localização dos empreendimentos; e estimativa dos impactos econômicos gerados pelos projetos, principalmente em termos de geração de emprego e renda, resguardado o sigilo bancário.”*

*Vale registrar a boa qualidade técnica do Relatório Trimestral referente ao primeiro trimestre de 2015, que atende às exigências do dispositivo legal.*

*Pelo exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 21-CN, de*



*2015, dê por cumprido o disposto no art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948/2009 e determine o arquivamento do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2005.*

*Deputado Luiz Carlos Busato, Relator”*

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Sra. Presidente, quero ressaltar a nossa insatisfação com a dificuldade que nós temos tido em acessar contratos que têm sido colocados como secretos ou com alguma prioridade que não coloca o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na condição que nós esperamos que ele tenha que desenvolver, para atender àqueles que precisam se desenvolver no ambiente social. Temos contratos em que há dúvidas e questionamentos feitos.

Como o Deputado Domingos Sávio fez, nós também fizemos uma avaliação. Foi feito um projeto, um adendo dentro da medida provisória pelo Deputado Alfredo Kaefer, para que pudéssemos dar transparência a esse banco. Como é feito por dinheiro público, não há nenhuma razão, no nosso ponto de vista, para haver algum contrato de alguma forma sigilosa, uma vez que o dinheiro é público e deve ser tratado com transparência.

Então, não entendemos por que, depois de ser aprovada pela Câmara e pelo Senado essa medida, a Presidente vete algo que é de vontade da maioria do Congresso.

Por não entender isso e não entender o veto dela, não sei o que tem de tão secreto que não pode ser transparente. Portanto, não é um questionamento sobre a medida do relatório que está entre a lei, mas sim o que não está no relatório que nos preocupa.

Então, nós vamos fazer o voto aqui pela bancada contrário ao posicionamento e à maneira como o BNDES tem agido, porque não trata o dinheiro público com a transparência com que nós achamos que deve ser tratado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Continua em discussão o relatório. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, nós vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Votos contrários do Senador Paulo Bauer, do Deputado Domingos Sávio e do Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nós não estamos vendo o quórum, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O quórum aqui são dois: eu e ele.

**O SR. SENADOR PAULO BAUER** - Quarenta e nove por cento são contra.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Aprovado o relatório.

Foi retirado de pauta o Requerimento nº 9. Eu queria frisar aqui bem que o requerimento do Deputado Edmilson Rodrigues foi retirado da pauta.

Agora vamos votar os demais itens da pauta em bloco. Querem que eu releia novamente?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, só que V.Exa. indique. Parece que são só o nº 12 e o nº 13, ou melhor, o nº 10, com a modificação que houve, que passa a requerimento de informação, os nºs 12 e 13, o nº 11 está fora também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O nº 11 está fora? Ah, é do Deputado Zeca Dirceu, que tem que fazer...

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Sra. Presidente, eu acabei de assiná-lo e o estou encaminhando à Mesa. Eu recebi a informação do acordo dos Líderes e estou cumprindo o acordo, conforme foi estabelecido, retirando o representante do TCU da referida audiência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Deixamos apenas a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, e do Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente. Há acordo. Podemos votar em bloco.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Então, foi retirado.



**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Inclusive, Sra. Presidente, eu acho que fica a possibilidade de estar também nessa audiência o Secretário do Tesouro Nacional. Ele deverá vir aqui.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Na discussão que houve, sugeriram que viessem os dois Ministros, em primeiro lugar, e, em separado, o Secretário do Tesouro Nacional.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Secretário do Tesouro Nacional virá em separado. Ele virá para uma audiência específica, onde vai tratar de vários outros itens, inclusive do futuro. E para essa matéria são duas audiências.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - A proposta é que o Ministro do Planejamento trate de vários itens — trate dos cortes orçamentários; trate de atender ao Requerimento nº 9, do Deputado Edmilson Rodrigues; trate não só do IBGE, mas que ele explique o motivo de todos os outros órgãos terem cortes no Orçamento — e que o Secretário do Tesouro Nacional possa estar junto com ele, na mesma audiência. Essa é a minha proposta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - A proposta do Deputado Jaime Martins é que essa audiência com o Ministro Luís Inácio Adams e com o Ministro Nelson Barbosa seja feita em conjunto com o Secretário do Tesouro Nacional.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perdoe-me a colocação. Eu estou entendendo que, em primeiro lugar, esse é o requerimento do Deputado Zeca Dirceu, especificamente. Antes havia a questão do Ministro do TCU, que já está acordada, está fora.

Eu entendi que a pauta proposta pelo Deputado Zeca Dirceu, com o Ministro Nelson Barbosa e com o Ministro Luís Inácio Adams, trataria de fazer uma discussão pontual com eles em relação ao problema das contas, que estão em vias de serem rejeitadas pelo TCU, pelo menos existe um parecer preliminar pela rejeição. Pois bem, eu entendo que a presença aqui do Secretário-Geral do Tesouro Nacional, em primeiro lugar, é em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal e tem também outra natureza. Ela nem é objeto de requerimento, é objeto de um comando legal, cujo acordo já foi feito há alguns minutos antes, quando a Presidente se dirigiu a nós,



com a assessoria do Secretário do Tesouro, combinando para em torno do dia 10 a 12 de agosto.

Eu entendo que não é apropriado o incluirmos nesse requerimento, porque dependeríamos da agenda de dois Ministros. No caso do Secretário do Tesouro, nós precisamos fazer uma discussão mais técnica com ele aqui. Acho muito louvável a vinda do Ministro do Planejamento e do Ministro da Advocacia-Geral da União, se o Secretário do Tesouro quiser vir também, que venha, mas são situações distintas.

Eu não gostaria de fazer a discussão que é afeta aos três itens, o de nº 2, o de nº 3 e o de nº 4, dando-lhe uma conotação que, inevitavelmente, ficará mais política com os dois Ministros. Eu acho que, como o comando da Lei de Responsabilidade Fiscal é do Secretário, a forma de condução da audiência será diferente, na minha expectativa.

Então, Deputado Jaime Martins, não é que eu esteja discordando de V.Exa., é que estou enxergando duas situações diferentes. Eu acho que manter o Secretário do Tesouro numa reunião específica, para cumprir o preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, é imprescindível. Se quiserem incluí-lo nessa outra audiência, eu não tenho objeção. Eu só não abro mão do que já está acertado, de que ele virá especificamente para cumprir o preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Precisamos esclarecer que há um equívoco aqui. O requerimento do Deputado Zeca Dirceu acrescentava o ex-Presidente do TCU Augusto Nardes, requerimento que ele retirou. A presença do Secretário do Tesouro já foi aprovada anteriormente, por meio de requerimento do Deputado Izalci.

Então, sem prejuízo, nós vamos colocar o requerimento do Deputado Zeca Dirceu de pedido de inclusão na pauta, para que possamos votá-lo.

Com a palavra o Deputado Paulo Bauer.

**O SR. DEPUTADO PAULO BAUER** - Sra. Presidente, era só para registrar que, de fato, o requerimento que o Deputado Izalci e eu havíamos apresentado previa o convite ao ex-Secretário do Tesouro Arno Augustin e também outro convite ao atual Secretário do Tesouro para aqui comparecerem, independentemente desse



comando legal. Portanto, não há por que votar um novo requerimento se já há um aprovado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Só quero deixar claro o seguinte: o Deputado Jaime Martins está sugerindo acrescentar o Secretário do Tesouro nesta audiência com o...

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Se a Sra. Presidente me permitir, eu quero debater.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Na verdade, a convocação do Ministro Nelson Barbosa já está feita, inclusive pelo Deputado Izalci. O Secretário do Tesouro tem a obrigação de vir pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e já foi aprovado também um convite a ele. Eu acho que seria proveitoso para os trabalhos desta Comissão, que está assoberbada, que a audiência fosse feita em conjunto.

Quanto ao Chefe da Advocacia-Geral da União, ele esteve aqui ontem e fez uma audiência pública de várias horas. Não sei se faz sentido chamá-lo novamente para tratar de um assunto de que ele tratou ontem.

Eu acho que seria razoável, sem querer contrapor o requerimento do Deputado Zeca Dirceu, convidar o Ministro do Planejamento. E que ele venha, se achar adequado, com o Secretário do Tesouro. Na verdade, a Lei de Responsabilidade Fiscal fala que ele tem que vir três vezes, ou seja, ele virá e depois terá necessariamente que vir novamente aqui, até o final do ano, por três vezes.

Isso é apenas para dar mais celeridade às nossas audiências públicas. Nós sabemos que a Comissão trabalha com um espaço estreito, a pauta do plenário está muito cheia, a desta Casa e a do Senado, e temos um Congresso ávido por muitos assuntos a serem votados. Isso é só para ser um pouco mais racional.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Cabe um histórico sobre o que motivou o requerimento. Ele foi motivado por outro requerimento que já está aprovado aqui



para a presença do representante do TCU. Em princípio, a ideia era de que se fizesse tudo junto, porque eu acho que a Comissão teria uma oportunidade de ouvir tanto o TCU, quanto o Ministério do Planejamento e o Advogado-Geral da União.

A Liderança do Governo pilotou com os Líderes um acordo. Por mais que eu continue achando que o ideal seria estarem TCU, Planejamento e AGU juntos, eu estou abrindo mão da vinda junto com o TCU e mantendo apenas os dois.

Queria fazer um apelo ao Deputado Jaime. Acho que temos um foco único, exclusivo e importante, que é esse esclarecimento que os Ministros já estão fazendo em outras Comissões e para as bancadas partidárias, mas que vão ter a condição de fazer aqui para quem mais precisa ouvir os esclarecimentos — e eu estou muito convencido deles: a Comissão de Orçamento.

Então, eu queria que mantivéssemos apenas esse foco, com os dois, não prejudicando outros requerimentos, a vinda do Secretário do Tesouro ou outros debates, porque vamos poder fazer isso tanto aqui, na Comissão, como em outras Comissões.

Queria fazer esse apelo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu não sei se V.Exa. aceita uma sugestão. Na verdade, Augusto Nardes não é mais Presidente do TCU, mas, sim, Aroldo Cedraz. A ideia de V.Exa. é de todo válida e importante. Se V.Exa. quiser fazer um requerimento com essa finalidade, acompanhado de qualquer outra personalidade que possa conjugar o interesse da audiência, acho que deveria fazê-lo.

Vou colocar em votação o Requerimento de Inclusão na Pauta nº 10, de 2015, do Deputado Zeca Dirceu, que retira a presença do ex-Presidente do TCU e deixa apenas o requerimento que está sobre a mesa, em que solicita a participação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, e do Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams, em audiência pública, objetivando a prestação de informações sobre as contas do Governo Federal referente ao exercício de 2004.

Esse é o objeto do acordo feito na reunião.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Deve ser referente a 2014.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Referente a 2014.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente. É o que foi acordado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Em votação o requerimento de inclusão do autor, Deputado Zeca Dirceu.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, vamos votar com a inclusão desse item que eu na hora não li, porque estava prejudicado. Novamente, o nº 9 foi retirado, o nº 5 já foi votado, contrários os Deputados e Senadores que citei. Há o Requerimento nº 10, que é o 8/15, transformado o requerimento em solicitação de informações. Sobraram apenas o item 12 e o item 13, que nós vamos votar em bloco. O item 12 é um Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do Sistema Único de Saúde — SUS referente ao segundo quadrimestre de 2013, e o item 13 é o Relatório de Resultados e Impactos, referente ao primeiro semestre de 2014, e a programação de financiamento para 2015, ambos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, agora incorporado ao item 11.

Vamos fazer uma votação em bloco. Aqueles que apoiam a votação...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sra. Presidente, só uma questão de ordem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quero contar com o compromisso de V.Exa. e dos demais de que este procedimento é uma concessão, por acordo unânime, de fazermos votação em bloco, porque não há uma previsão regimental para isso. Eu não quero, de maneira alguma, voltar atrás no que dissemos — vamos votar em bloco —, só deixo o fato registrado, para que isso não passe a ser um procedimento, como se o acordo valesse para situações futuras. Conto com a compreensão de V.Exa.

Nós vamos nos manifestar favoráveis a todos os itens que estão sendo colocados em bloco, com essa ressalva de que esse não é um procedimento que



passa a se instalar na Comissão, a menos que haja consenso, como o que está havendo hoje.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente por haver consenso é que nós estamos fazendo isso. Esse não é um procedimento normal, pelo contrário. Se nós ficarmos debatendo requerimento a requerimento, jamais chegaremos a qualquer matéria realmente importante aqui, na Comissão.

Em votação os requerimentos mencionados e esclarecidos ao Plenário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria, no final da reunião, esclarecer que nós vamos, hoje, às 17 horas, entregar o relatório da LDO e teremos, amanhã, uma reunião, às 13 horas, em que nós tomaremos, juntos, Deputado Domingos Sávio, a decisão em relação à votação.

É preciso que todos os Líderes se manifestem, para que possamos dizer que nós cumprimos a nossa finalidade. Daqueles impedimentos que naturalmente serão colocados, V.Exas. estão conhecendo as dificuldades que nós estamos tendo aqui na Casa e fora dela.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Eu queria fazer uma proposição a esse respeito, com relação à LDO. Eu compreendo perfeitamente que o Relator vai fazer um grande esforço para entregar esse relatório hoje, até às 17 horas — ou seja, ele será publicado hoje, às 17 horas. Sei da enorme preocupação, Presidente, de V.Exa. em fazer cumprir os prazos regimentais, em tentar votar esse relatório da LDO. Existem milhares de emendas, e o Relator está dando uma peneirada. São emendas individuais que tratam, às vezes, de questões de menor importância, de questões regionais, mas sempre há três ou quatro pontos que são fundamentais, que são os mais importantes, em relação à execução provisória de orçamento e outras coisas mais.



Queria propor que, entre 17 horas de hoje e 13 horas de amanhã, quando estará reunido o Colegiado de Líderes, a Oposição e, naturalmente, o Governo também, pelo seu lado, possam avaliar esses pontos que são os fundamentais, para que, eventualmente, o Relator, se tiver que fazer algum ajuste, possa fazê-lo rapidamente, para tentarmos votar esse relatório amanhã, sem prejuízo de que o Relator possa, posteriormente, fazer algum aditivo de voto nas coisas que não sejam tão importantes. Mas que possamos cumprir regimentalmente o prazo, o que é uma obrigação não só da Presidente, mas de todos nós que fazemos parte desta Comissão.

Então, fica essa sugestão. Obviamente, isso só poderá ser votado se houver acordo, sabemos disso — sem acordo, não se vota —, mas sugiro que façamos todos esforço no sentido de tentar entrar em acordo, no Colégio de Líderes, e, depois, na sequência, vir aqui para podermos votar a LDO e entregarmos ao Presidente do Congresso o relatório votado, para que ele possa, se quiser e se conseguir o quórum, votá-lo também no plenário do Congresso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - A Deputada Gorete Pereira está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - O que eu estou ouvindo na Casa é que, realmente, pela manhã, estará todo mundo, até 11 horas, já indo embora, todos os Deputados. Não haveria condições de esse relatório ser entregue às 17 horas e de se fazer essa reunião à noite, hoje, para se tentar, com esta reunião à noite, já cumprir um preceito, enquanto não começasse a Ordem do Dia?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Há previsão da Ordem do Dia e do término da sessão que está convocada para a Câmara dos Deputados?

**O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO** - Presidente, ainda falta uma pauta na Câmara para ser votada. Não podemos deliberar aqui se estiver acontecendo a Ordem do Dia no plenário. Então, hoje à noite a reunião fica prejudicada.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - A reunião que ela está propondo é a reunião de Líderes, na verdade. É para tentar fazer o acordo, não é? É uma reunião formal, de Líderes.

**O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO** - Reunião de Líderes para tentarmos acordar e votar quem sabe amanhã, logo no começo da reunião.



**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Marcaríamos a reunião para amanhã cedo.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Marcaríamos para amanhã cedo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos ver se todos estão de acordo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Presidente, nosso esforço sempre será dentro daquele espírito que já deixamos claro, de interesse nacional, mas nós estaremos cautelosos, para também não fazermos uma aprovação açodada, sem conhecer o relatório, é claro. E eu sinto que isso é algo que alcança todos os Deputados desta Comissão.

Então nós vamos concordar — até porque já ficou deliberado na última reunião que a suspensão se daria apenas dentro de um processo consensual — com a suspensão até amanhã. Se amanhã tivermos evoluído para algum entendimento, nós poderemos retomar os trabalhos em qualquer momento que V.Exa. convocar. Se V.Exa. convocar para hoje à noite, eu estarei aqui, se convocar para amanhã de manhã eu estarei, se for amanhã à tarde, eu estarei também.

Agora, eu só não acho prudente nós deixarmos isso em aberto indefinidamente. Então, seria até amanhã. Se, porventura, houver até um fato novo, e viermos aqui na segunda-feira, quando já terá sido concluído o prazo regimental de 3 dias, teríamos que ter uma abertura dos trabalhos por V.Exa. amanhã e deliberarmos em conjunto o acordo para segunda-feira.

Então, eu concluo dizendo a V.Exa. que neste espírito de entendimento nós concordamos com a suspensão dos trabalhos por ora, estando os Deputados do PSDB — e eu acredito que é o sentimento da Oposição — abertos ao diálogo, com o propósito de cumprirmos a nossa missão, mas teremos que fazê-lo após conhecermos o relatório, após termos clareza de que ele está em condições de ser votado.

Pode ser até que isso ocorra amanhã, ou talvez tenhamos que vir aqui na segunda-feira e cumprir o prazo regimental. Só não podemos concordar com o seguinte: encerra-se hoje e fica em suspenso, e de repente — e nem seria o estilo de V.Exa. — teríamos aqui uma reunião no decorrer da semana que vem ou em outro momento, ou no início de agosto, sem verificar novo quórum. Então, até



amanhã o quórum que está ali registrado vale. Se nós não concluirmos até amanhã, fica encerrada a reunião e iniciamos em agosto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa., com certeza, mais uma vez está correto. Eu queria apenas dizer que eu não sei se é plausível uma reunião hoje, às 19 horas, de Líderes. Mas podemos consultar, porque, se por acaso as pautas da Câmara e do Senado se esvaziarem — como aconteceu ontem, quando nós tivemos uma votação —, nós poderemos nos reunir hoje. Vamos tentar fazer esse chamado para a reunião das 19 horas, porque poderíamos adiantar a discussão. Se não for possível, agora eu pergunto o que faremos, tendo em vista que a Câmara vai dispensar os Deputados e as Deputadas em torno de 11 horas.

**O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO** - Sr. Presidente, há sete destaques na Câmara hoje, PEC com votação nominal. Hoje, na Câmara, vai ser impossível. Oito votações nominais, com 308 votos. Não tem jeito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Faremos a reunião então amanhã? Amanhã cedo, seria possível? Às 9 horas?

**O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO** - Sim. Fazemos pela manhã. Faz sentido.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Todos aceitam 9 horas?

Aceita, Deputado Jaime? Às 9 horas da manhã nós teremos uma reunião no Colégio de Líderes. Cancelamos a reunião que estava convocada para hoje às 18h20min. Teremos às 9 horas a reunião de Líderes e, em seguida, o plenário.

Está suspensa a presente reunião.

*(A reunião é suspensa.)*



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a quinta reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para a deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada pelo correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Há sobre a mesa requerimento para inclusão na pauta do Ofício Conjunto nº 03, de 2015. Trata-se de uma errata de autoria da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O requerimento, de 27 de maio, propõe correção de erros materiais verificados no processamento da emenda apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, conforme Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015.

Vamos colocar o requerimento em discussão? *(Pausa.)*

Alguém gostaria de discutir o requerimento aqui apresentado? *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio, é uma errata.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - De minha parte não há necessidade, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Não há necessidade.

Deputado Domingos Sávio? *(Pausa.)* Abre mão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.



Apreciação do Ofício Conjunto nº 3, de 27 de maio de 2015, que propõe a correção dos erros materiais verificados no processamento da emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014. A autoria também é das Consultorias de Orçamento das duas Casas.

A errata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Sobre a mesa requerimento, de autoria do Senador Acir Gurgacz, para inclusão na pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 3, de 2015, do Congresso Nacional.

Designo o Senador Hélio José para fazer a leitura.

**O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ** - Bom dia a todos.

Realmente, estas Casas, tanto Câmara quanto Senado, estão em um ritmo intenso, alucinante. Eu estou acabando de sair da CPI do CARF. O tempo para todos nós está muito curto. Peço até desculpas pela ausência em alguns momentos importantes desta Comissão.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório apresentado no Projeto de Lei nº 3, de 2015, do Congresso Nacional, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Apreciação do relatório apresentado no Projeto de Lei nº 3, de 2015, que altera o Anexo V da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. (Relator: Acir Gurgacz)

Foi apresentada uma emenda.

Voto

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada. Pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada.



Na continuação da quarta reunião extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, o relatório foi aprovado, ressalvado o único destaque apresentado.

Durante a votação do destaque, o Deputado Izalci solicitou verificação de votação.

Realizada a verificação, o Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins, informou que não havia quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e encerrou a reunião.

Esse é o requerimento, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos passar à votação do requerimento que altera o Anexo V da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Vamos votar a inclusão na pauta.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Agora vamos votar o requerimento, cujo Relator foi o Senador Acir Gurgacz.

O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nós vamos direto ao destaque, não é, Sra. Presidente?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos direto ao destaque.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O relatório já foi aprovado. Agora é o destaque de nossa autoria.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O requerimento já foi votado.

Em votação o Destaque nº 1, de autoria do Deputado Domingos Sávio e do Deputado Izalci.

A Emenda nº 1 é de autoria do Deputado Domingos Sávio.



O destaque, com o voto do Relator pela rejeição, está em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

V.Exa. gostaria de falar?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu peço a palavra apenas para fazer uma explicação breve aos colegas e, obviamente, pedir o seu apoio.

Esse PL 3/2015 volta como fruto de um acordo que celebramos. Nós mantemos a disposição da nossa parte de dar sequência a todos os procedimentos. Acordo se constrói quando se entende que o interesse comum deve prevalecer sobre as divergências pontuais. Neste caso, o interesse comum nos conduz à preocupação e ao compromisso de aprovar as matérias relevantes da pauta. Já aprovamos algumas ontem, fruto de acordo.

Temos que, obviamente, ainda hoje, construir alguma metodologia para aprovarmos, em momento oportuno, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós incluímos no acordo, com a aquiescência dos pares, a aprovação da nossa emenda. Superamos a divergência quando eu tive a oportunidade de demonstrar a todos os colegas, inclusive ao Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que a nossa emenda é autorizativa e vai ao encontro de uma situação que está precisando ser resolvida.

O Relator do Orçamento do ano passado, Senador Romero Jucá, criou uma rubrica no Orçamento e ampliou dotação orçamentária própria para podermos ter a contratação de concursados do Banco Central. Obviamente, nessa área interessa ao Governo ter gestão plena, com os seus respectivos concursados.

A LDO de 2015, que está sendo adequada neste PL 3, não tem o dispositivo que tinha, que o próprio Senador Romero Jucá colocou de forma impositiva para que houvesse as contratações, e foi vetado.

O que nós estamos fazendo é adequar na LDO de 2015 para que o Governo possa contratar os concursados, conforme a rubrica orçamentária que já está criada.

Obviamente, nós compreendemos que existe um momento de ajuste fiscal, mas nós deixaremos, com essa emenda aprovada neste acordo com os colegas, o Governo a cavaleiro. Se, no decorrer do ano, até o final do ano, o Governo tiver a possibilidade de começar essas nomeações, já tem dotação orçamentária e terá também um comando na LDO para fazer isso.



Então, eu faço um apelo aos colegas, em nome do acordo que fizemos, para que o nosso destaque seja aprovado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - O destaque, com o voto do Relator pela rejeição, está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sra. Presidente, para aprovar o destaque nós temos que nos manifestar. É isso?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Faço um apelo aos pares, em nome do acordo, para que nós possamos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Vamos explicar.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - O destaque é a quê? À LDO?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Está aprovado, Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Está aprovado o destaque.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - Eu não entendi. Destaque a quê?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Destaque ao PL 3, não é à LDO. Nós não estamos votando a LDO. Nós estamos votando um PL relativo à LDO de 2015, aprovado em 2014, entendeu, Deputado Danilo Forte?

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - V.Exa. não explicitou.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esse PL 3 veio enviado pelo Governo. Nós acrescentamos uma emenda que corrige um problema, dando ao Governo condições de contratar os concursados do Banco Central, conforme dotação orçamentária que o Senador Romero Jucá já deixou no Orçamento de 2015.

Então, não tem nada a ver com a LDO do próximo ano, que não está nem em discussão ainda.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - É que V.Exa. não especificou qual era a LDO.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - É simples.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nós estamos nos referindo a uma emenda à LDO passada, que já está vigente.

**O SR. DEPUTADO DANILO FORTE** - O PMDB apoia.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Aqueles que quiserem votar contra o voto do Relator, que foi pela rejeição, se manifestem. *(Pausa.)*

Rejeitado o voto do Relator e aprovada a emenda.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sra. Presidenta, V.Exa. me permite?

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - A emenda do Deputado Domingos Sávio é uma emenda de caráter autorizativo.

Eu, inclusive, tenho dúvida a respeito da eficácia desse tipo de emenda No processo de uma maneira geral, até porque o Anexo V do Orçamento, a LDO já definem valores, o número de pessoas que podem ser chamadas no concurso e assim por diante.

O Deputado entendeu importante incluir uma emenda de caráter autorizativo que admite ao Governo, se quiser, fazer aquilo que, do meu ponto de vista, ele já pode.

Mas, se do ponto de vista político para a Oposição era importante aprovar essa emenda, dentro do espírito de acordo que possibilitou a votação de várias outras matérias, nós concordamos para que essa matéria pudesse ser votada, por entender que ela é muito mais um gesto político da Oposição do que propriamente algo que terá relevância do ponto de vista da despesa do País.

Por isso o nosso acordo, a nossa concordância.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Quero, inclusive, ressaltar que essas emendas não são apenas sugestivas, fazem o Governo refletir, e foram feitas com total responsabilidade, inclusive pelo momento atual.

Parabenizo o Deputado Domingos Sávio.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela...

**O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ** - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Senador.



**O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ** - É de grande relevância essa emenda do Deputado Domingos Sávio. Tem o meu apoio. Eu sou servidor público federal. Sei o quanto é importante para o Banco Central ter a possibilidade de aproveitar esse concurso que fora feito.

O Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo, tem razão quando diz que o Governo tem autorização para fazer, mas não custa deixarmos consignado que esta Comissão vê como de grande relevância a contratação dos concursados do Banco Central.

Então, eu quero me manifestar pela rejeição do relatório.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Aprovada, no Senado Federal, a emenda do Deputado Domingos Sávio.

Eu gostaria, se me permitem, encerrando esta sessão, de falar sobre o acontecimento que envolve a LDO.

Ontem foi entregue, por volta de 11h40min, o relatório do Deputado Ricardo Teobaldo. Ele tinha o prazo de 3 dias anteriores para entregar o relatório, o que daria prazo suficiente para nós votarmos.

No entanto, isso não aconteceu — o relatório foi entregue ontem. Entenderam os colegas e membros desta Comissão que não tinha prazo para ler o relatório, tomar conhecimento dele e discuti-lo a contento, uma vez que houve várias alterações e várias propostas feitas pelo Relator, inusitadas.

Então, eu quero propor ao Plenário que reflita sobre essa situação e apresente uma proposta do que acham que deve ser feito.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta. Em seguida, Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ilustre Relator, inicialmente, quero registrar o nosso reconhecimento pelo esforço do Relator. Essa é uma matéria complexa, difícil, e nós vivemos um cenário de intenso debate no País acerca de algumas questões que estão presentes na LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No entanto, existem, do meu ponto de vista, duas questões quase intrinsecamente. Primeira: nós já estamos praticamente em uma situação em que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal têm um cronograma para



o próximo período em que as Casas se organizam de modo que os senhores Parlamentares não estarão em Brasília nas próximas duas semanas.

Nós temos uma questão regimental: nós precisamos de um tempo hábil de pelo menos 72 horas para que os senhores Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras conheçam a LDO. Nós estamos tratando aqui da lei que define os parâmetros macroeconômicos, que terá imensa repercussão na economia do País no ano que vem.

Portanto, não podemos votar uma matéria como essa sem que a Casa e a sociedade a conheçam, porque as questões que serão decididas aqui vão para muito além do Parlamento.

Três questões, ilustre Relator, me levam a reafirmar a minha convicção de que precisamos ampliar esse debate antes da votação de seu relatório. A primeira delas: V.Exa. está trabalhando com uma meta de superávit para o ano que vem de 2%, número que inicialmente estava na proposta do Governo.

Todos nós estamos acompanhando o grande debate que hoje se faz no Brasil a respeito do desempenho da nossa economia, do resultado da receita neste ano, dos números do esforço do ajuste fiscal que o Governo tem feito para conseguir cumprir a meta por nós aprovada no ano passado e incluída na LDO deste ano.

O próprio Governo tem dado sinais de que está fazendo uma discussão, que ainda não está madura, a respeito de uma meta de superávit para o ano que vem.

Então, nós não teríamos, hoje ou amanhã, como votar aqui uma meta de 2%, porque isso tem imensa repercussão, que poderia levar o País para um cenário de grave recessão.

Este, portanto é o primeiro aspecto: nós precisamos aprofundar o debate da meta de superávit, e não teríamos como aprovar aqui hoje uma meta de 2% sem debater com todos os setores da economia envolvidos nessa discussão. Repito: isso vai para muito além do Parlamento — para o setor industrial, para o setor de geração de serviço. Toda a economia do País gira em torno disso, porque se reflete na meta de inflação, no câmbio e em tudo o que está envolvido no esforço que o Governo tem que fazer.

Em segundo lugar, existe um dispositivo na LDO que estabelece um equilíbrio, uma proporcionalidade no aumento da expansão da despesa de pessoal



entre os três Poderes. Nós temos uma despesa de pessoal em torno de 200 bilhões de reais.

Vamos trabalhar a hipótese de que haverá aumento de despesa para o ano que vem na ordem de R\$ 10 bilhões. Existe um dispositivo na LDO que diz que esse recurso deve ser distribuído de maneira equilibrada entre os três Poderes. V.Exa. está tirando esse dispositivo da LDO.

Isso tem uma repercussão enorme porque pode levar, por exemplo, a que um dos Poderes tenha um aumento desproporcional e leve todo o crescimento da receita do País, que precisa ser utilizada para pensar na totalidade, especialmente no Poder Executivo, que tem o maior número de servidores. Imaginem a hipótese de o Poder Judiciário, que representa cerca de 13% da despesa de pessoal, ter um aumento desproporcional, que abocanhasse todo o crescimento da receita. Como ficaria o Poder Executivo? Como ficariam os demais Poderes?

Então, eu acho que nós temos que discutir muito essa questão do equilíbrio antes de tomarmos uma decisão dessa natureza, que muda a regra hoje em vigor no País.

Por fim, ilustre Presidente, o nosso Relator está trazendo uma nova questão, que tem imensa repercussão: o orçamento impositivo com emendas de bancada, na ordem de 0,8% da receita corrente líquida, impactando cerca de R\$ 7 bilhões de reais ou mais. Então, aumenta-se a meta de superávit, o que significa que se vai gastar menos; desequilibra-se o controle da despesa com pessoal e aumenta-se o impositivo da emenda de bancada. Essa conta não fecha!

Então, eu faço aqui uma ponderação no sentido de que nós, Parlamentares da Base governista e da Oposição, sob a liderança da nossa Presidenta, possamos aprofundar esse debate nesse próximo período e entrar agosto com uma reflexão mais amadurecida. A partir de hoje o relatório está à disposição. As bancadas poderão fazer os destaques, construir as suas opiniões, porque o que nós estamos debatendo aqui não são questões de governo, são questões de Estado, que interessam tanto ao Governo como à Oposição, pelo reflexo que elas terão para o País.



Que nós possamos, então, entrar no mês de agosto fazendo um calendário intensivo para votar essa matéria como prioridade na retomada do trabalho legislativo do segundo semestre, Sra. Presidente.

Essa é a proposta que eu apresento e sugiro como encaminhamento para esta questão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Teobaldo.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO** - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero falar do esforço que nós fizemos. Nós tivemos 5 dias úteis para analisar, sistematizar mais de 3 mil emendas. Tivemos, durante esses dias na Comissão, entendimentos, conversas com aproximadamente cem Parlamentares, cem companheiros Deputados, alguns Senadores. Conversamos com o Supremo Tribunal Federal, com o Superior Tribunal de Justiça, com o Tribunal Superior Eleitoral, com a Câmara, com o pessoal administrativo da Câmara, com Líderes de vários partidos, e concluímos o relatório ontem à noite. Acho que o mais importante, realmente, é que o relatório seja votado após o recesso, em agosto. Teremos aí oportunidade de, na discussão, fazer os destaques, os adendos, as modificações aprovadas pela Comissão.

Foi disponibilizado ontem o relatório. Em agosto, quando voltar o período legislativo, a Comissão — analisado, já, o relatório — fará as mudanças, os adendos que tiverem de ser feitos.

Quanto à questão do superávit, o próprio Governo hoje não tem a realidade do que será esse superávit — 1, menos de 1, mais de 1. Teremos, em agosto, melhores condições de analisar essa questão.

Em relação às emendas de bancada, a baixíssima execução das emendas durante os anos anteriores nos levou a colocar essa questão de fazer emenda de bancada. E então se analisará o valor das emendas ou de qualquer forma poderão ser feitas essas emendas impositivas de bancada.

Enfim, vamos ter tempo — a Comissão vai ter tempo, os Deputados, todos os congressistas — de analisar o relatório, fazer a discussão e as mudanças, os destaques, os adendos a partir de agosto.



Era isso, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio e, em seguida, o Senador Hélio José e o Deputado Edmar Arruda.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Relator, de fato me preocupa muito não só a situação que vivemos, mas o caminho em que estamos, que me parece equivocado.

Antes, porém, eu quero agradecer, prezado Senador e colegas Deputados, pelo acolhimento da nossa emenda que possibilita ao Governo — com respaldo na LDO, uma vez que já há respaldo orçamentário — a efetiva nomeação de concursados do Banco Central. Nós vamos ficar torcendo para que isso ocorra para dar a essa instituição, que é uma instituição de Estado, condições de operar adequadamente, até porque a matéria que nós estamos discutindo tem uma interface muito grande com instituições do nível de responsabilidade que tem o Banco Central.

Tratando-se especificamente da LDO, do relatório que acaba de chegar às nossas mãos, numa primeira análise, realmente nos preocupa primeiro essa insegurança — que acaba sendo um dos fatores que contribuem não só para não se sair da crise, mas também para agravá-la — que o próprio Governo transmite ao não ter clareza de qual é a expectativa para 2016. E aí fica fácil nós entendermos se analisarmos... A vida tem que ser assim: estabelece-se aonde se quer chegar tendo como referência onde se está. Se alguém não souber onde está, como pode estabelecer a perspectiva de chegar a algum lugar? Quem não sabe onde está, está literalmente perdido.

Por isso, é necessário que façamos aqui um esforço pensando no País. E é com este propósito que nós do PSDB temos procurado dar nossa contribuição: pensando no País, não apenas cumprindo nosso papel de oposição, que é legítimo, necessário. Pensando no País temos alertado para o fato de que o Governo está perdido, não sabe aonde quer chegar, porque não sabe onde é o ponto de partida.

Eu vou dar números do Governo que me chegam pelo Tesouro Nacional, resultados do Tesouro Nacional de janeiro a maio de 2015. Numa expectativa que o Governo estabeleceu de crescimento acima de 1% para este ano, vemos uma



realidade de encolhimento da economia, de crescimento negativo da ordem de menos 0,57%. Os dados que ilustram isso mostram o que nós já alertávamos. É nisso que eu quero insistir, porque, ao voltarmos, em agosto, eu não tenho dúvida de que será meu dever e dos demais colegas colocar nessa LDO determinados dispositivos que de fato estabeleçam um rumo para a economia brasileira.

Quando nós fizemos isso, no ano passado, tentando incluir na LDO — e não conseguimos, fomos derrotados — que o Governo teria que ter regras impositivas de redução de determinados percentuais em gastos de custeio — emendas apresentadas pela Oposição, pelo PSDB, por mim mesmo —, nós fomos derrotados. Nós dizíamos: *“Não se alcança superávit primário se não se reduzir gastos correntes, se não se cortar na carne”*. O Governo não vai reduzir transferências aos Estados, que são constitucionais; não vai reduzir despesas constitucionais e obrigatórias; não vai reduzir uma folha de pagamento na qual há as garantias legais, das quais nós não abrimos mão, dos servidores públicos. Então, onde o Governo vai reduzir gastos? Nas despesas suas discricionárias, nos gastos correntes. E o Governo não o fez. Eu provo e demonstro aqui com os números do próprio Governo. Nós estamos em maio. O Governo teve, no ano de 2014, uma despesa de R\$ 358 bilhões e R\$ 453 milhões. Ele teve agora, no mesmo período, uma despesa de R\$ 425 bilhões. Em 2014 a despesa foi de pouco mais de R\$ 358 bilhões e pulou para R\$ 425 bilhões. Ela tem um crescimento acima da inflação. O Governo gastou mais do que a inflação oficial anunciada pelo próprio Governo nesse período. A despesa cresceu 8,2%. Infelizmente, a inflação agora, se medida em julho, já está maior, mas até maio ela era menor do que isso. Enquanto que a receita cresceu 4,7%. A receita cresceu, nesse mesmo período, de R\$ 412 bilhões para R\$ 432 bilhões. Portanto, o Governo está gastando mais. Estou me referindo à sua despesa total.

A transferência para Estados e Municípios foi bem menor do que o crescimento da receita. Isso mostra mais uma perversidade da economia brasileira.

Quando falamos de emenda impositiva de bancada, eu já dizia mais cedo aos colegas que é claro que gostaríamos de ver isso. Achamos que, de uma forma global, talvez não seja possível no meio dessa crise, mas, mais do que isso, seria preciso garantir um novo pacto federativo para Estados e Municípios receberem o que é justo.



Vejam o que aconteceu: enquanto cresceram 8,7% os gastos do Governo, Presidente Rose de Freitas — V.Exa. que é municipalista, que se preocupa com o seu Estado do Espírito Santo —, a transferência a Estados e Municípios, que foi de R\$ 95 bilhões e 695 milhões de janeiro a maio do ano passado, cresceu apenas 1,8%, foi para R\$ 97 bilhões. Ou seja, muito menos do que a inflação.

O repasse à Prefeitura tem que acompanhar a inflação, porque ela tem de pôr combustível nos veículos, pagar energia elétrica, pagar os funcionários, e está recebendo menos! Por isso estamos vendo os Prefeitos desesperados, porque o FPM — Fundo de Participação dos Municípios está caindo. E está caindo mesmo! Está aqui provado com dados do Governo. Ele está transferindo menos recursos para os Municípios e está gastando mais! O Governo gasta mais e gasta mal. De janeiro a maio ele fecha com déficit e não vai cumprir a meta fiscal. Nós vamos ter o dever de, voltando em agosto, nos reunir aqui e dizer o que nós queremos para 2016.

Essa é a responsabilidade desta Comissão, de nós Parlamentares tanto do Governo quanto da oposição.

Quero saudar o Deputado Paulo Pimenta e dizer que acho extremamente positivo que o Governo finalmente tenha indicado um Líder com a competência de S.Exa., com o espírito público de S.Exa. para se sentar conosco e dialogar tanto com a Base do Governo quanto com a Oposição. Esta não é uma Comissão de enfeite ou de mera homologação, é uma Comissão para debater, estabelecer uma LDO que indique de fato um caminho para o País.

Penso que teremos aqui, nas primeiras semanas de agosto, o momento mais importante deste Congresso. Alguém pode dizer assim: *“Quem vai definir é o Joaquim Levy.”* É claro que é responsabilidade dele e do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa — e é uma responsabilidade grande —, nos encaminhar. Mas eu diria que a responsabilidade nossa é maior, porque, se simplesmente dissermos “amém” a algo que está errado, a um caminho que não está dando certo, vamos ser coniventes com o ato de mandar o País para o buraco e de haver aqui, talvez, uma situação mais trágica do que a da Grécia. A Grécia tem indicadores sociais infinitamente melhores do que os nossos. Eles estão numa crise medonha, mas a saúde, a segurança, as condições gerais da população são muito



melhores do que as nossas. No Brasil já temos indicadores sociais perversos na saúde, na educação, na segurança pública.

Se, somado a isso, caminharíamos para uma quebradeira, quem vai sofrer isso — e já está sofrendo — é o trabalhador, que vai ficar desempregado, que perderá o emprego, é o cidadão, que vai ficar desesperado por ver os serviços públicos não darem a ele as respostas esperadas. Se as Prefeituras não recebem dinheiro, o posto de saúde não tem remédio, as escolas não têm merenda adequada para a criança.

Esse é o mundo real que me preocupa.

Portanto, quero deixar claro que voltaremos em agosto já com um estudo profundo desse relatório e com a disposição de nos sentar com todos os pares, sejam os meus colegas de oposição ou os Parlamentares da base do Governo, para apresentar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que aponte o caminho da recuperação do País

Infelizmente, pelos números oficiais, está provado que o Governo está perdido. Ele não está sabendo o que fazer. E a cada dia que passa a situação vai ficando pior para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Quero avisar que a Ordem do Dia já se iniciou. Como não estamos com matéria deliberativa, não há problema em continuarmos a sessão. Apenas para conhecimento de V.Exas.

Com a palavra o Senador Hélio José. Em seguida terá a palavra o Deputado Edmar Arruda.

**O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ** - Obrigado, Sra. Presidente. Eu gostaria de destacar o trabalho sereno e tranquilo da nossa Presidente, também a ponderação muito adequada do Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, e do Líder da Oposição, Deputado Domingos Sávio, pela serenidade de afirmar que precisamos analisar com muito mais tranquilidade e muito mais calma essa situação. A nossa responsabilidade é muito grande com o futuro do País. Os Estados — não só os Municípios — estão com muita dificuldade. Cito Brasília, porque até hoje participo toda semana do colegiado do Governo. Em Brasília não se sabe como serão pagos os salários de novembro e dezembro. É muito complicada a situação.



Quanto às inovações trazidas pelo Relator, digo que toda inovação traz pelo menos a possibilidade de uma discussão mais profunda e mais tranquila das situações.

Então, precisamos, com toda tranquilidade, aproveitar os 15 dias de recesso que teremos para nos debruçar sobre esse relatório, analisá-lo com toda calma, porque precisamos encontrar uma luz no fim do túnel nessa LDO.

Quero concordar com as ponderações do Deputado Paulo Pimenta e do Deputado Domingos Sávio e dizer que não temos realmente condições de votá-la agora. Precisamos fazer uma análise cuidadosa dessa peça.

Era o registro que eu queria fazer. Estamos juntos. E quero parabenizar a Presidente pela tranquilidade com que está conduzindo os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda. Em seguida farão uso da palavra os Deputados Caio Narcio e Hildo Rocha. Em seguida encerraremos a reunião.

**O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA** - Sra. Presidente, quero também parabenizar o Relator pelo esforço. Mas é importante termos, sob a sua Presidência, um marco histórico do papel desta Comissão, e não apenas o papel de referendar a proposta do Governo e de se preocupar única e exclusivamente com as emendas pessoais e as emendas de bancada. A sociedade tem tido, ao longo dos anos, informações equivocadas do que significam de fato as emendas pessoais e as emendas de bancada.

As emendas pessoais nada mais são do que parte do Orçamento da União e atendem ao Município por indicação do Deputado. Geralmente, são obras necessárias, que fazem parte do programa do próprio Governo Federal, como ocorre atualmente. Hoje, 50% das nossas emendas vão para a área de saúde.

Com relação às emendas de bancada, eu disse, em uma reunião fechada desta Comissão — e vou repetir aqui —, que temos que avaliar até que ponto continuaremos com esse faz de conta. Ou seja, colocamos um valor de emenda de bancada sabendo que não será pago. Por outro lado, transformar esses valores em



uma emenda de bancada impositiva seria danoso para o Orçamento da União, uma vez que não haverá recursos para cumprir o que estamos estabelecendo.

Portanto, temos que refletir sobre essa questão de emenda de bancada. Precisamos, no caso do estabelecimento da emenda de bancada impositiva, colocar um percentual dentro daquilo que vai sobrar para investimento. E, quanto aos números, eu queria apenas fazer uma correção ao que disse o Deputado Domingos Sávio. Na última reunião que tivemos com o Secretário da Receita Federal, Deputado Domingos Sávio, na verdade, constatamos que houve uma queda da arrecadação de janeiro a maio de 2015, em relação a janeiro a maio de 2014, de R\$8,5 bilhões, ou seja, houve queda da arrecadação e aumento de custos.

Portanto, se esta Comissão quer assumir papel importante para a sociedade brasileira, nós temos que propor uma LDO exequível no ano de 2016, baseados naquilo que está acontecendo neste primeiro semestre de 2015. Não dá para nos basearmos em 2014 ou nos números que foram apresentados simplesmente pelo Governo no começo do ano, mas na realidade dos números existentes de janeiro até maio de 2015, porque já estão disponíveis os dados da Receita Federal, do Tesouro, dos Ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa, da Fazenda e do Planejamento, respectivamente.

Então, Sra. Presidente, vamos trabalhar arduamente e não homologar uma proposta do Governo com números fictícios, mas uma proposta exequível, que nós possamos apresentar para a sociedade e da qual, no ano que vem, tenhamos condições de exigir do Governo o cumprimento.

Quero manifestar o meu apoio àquilo que já estava na LDO, que é a distribuição equitativa dos recursos destinados à ampliação da folha de pagamento do Governo para os três Poderes. Essa é uma forma justa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de parabenizar o Deputado Edmar Arruda pelas colocações feitas na nossa reunião e as ponderações muito equilibradas, que nos levam a refletir sobre a responsabilidade que temos neste capítulo da história de crise e ajuste do Brasil. Parabéns a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA** - Obrigado.



**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Sra. Presidente, quero parabenizar o Relator por ter conseguido concluir em tempo muito curto o seu relatório no projeto de lei da LDO para 2016. E parablenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos.

O que o Deputado Domingos Sávio disse é, de fato, preocupante, à luz dos números apresentados pelo próprio Governo, no que diz respeito às despesas. Fica comprovado que o Governo não está conseguindo controlar as suas despesas. As despesas de custeio, de mais fácil controle, que basta apertar o cinto, eles não estão conseguindo controlar.

E o pior é que as despesas de capital, que fazem com que a economia gire, estão diminuindo. Podemos observar aqui que houve redução das despesas de capital de R\$ 38 bilhões, em igual período de 2014, para R\$ 24 bilhões. É uma diminuição, Sra. Presidente, membros desta Comissão, de 37% em relação ao ano passado. Ou seja, o Governo está deixando de investir 37%, de janeiro a maio, em relação a igual período do ano passado, o que aprofunda a recessão no País, gerando desemprego, aumento da inflação e uma crise cada vez pior.

Se continuar o Governo com gastos descontrolados, apertando o trabalhador e os empresários, o País vai terminar o ano muito pior do que a Grécia o começou. Infelizmente, essa é a péssima notícia que nós podemos levar para o povo brasileiro, pelo que estamos sentindo, ainda mais em um momento em que o Governo não sabe se vai haver déficit ou superávit nas contas do próximo ano, o que rendeu ao Relator um trabalho muito grande — S.Exa. não quis aqui expor essa situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Eu quero concluir a votação dessas matérias. Nós vamos convocar reunião ordinária para o dia 11 de agosto, terça-feira, às 14h30min.

A reunião do colegiado será no dia 4 de agosto, às 14 horas.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigada.